



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 0693/14	DATA: 27/05/2014	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h26min	TÉRMINO: 13h18min	PÁGINAS: 60

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IDELI SALVATI - Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
MARCELO NASCIMENTO - Coordenador-Geral de Políticas de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
JULIANA MARQUES PETROCELLI - Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.
JUDITH DA ROCHA - Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens
MOARA MENTA GIASSON - Analista Ambiental do IBAMA
TERESA CRISTINA FRANCO COSENTINO - Economista do Departamento de Políticas, Articulação e Sustentabilidade do BNDES.
ASSIS DA COSTA OLIVEIRA - Professor de Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará — UFPA.
MARIA LÚCIA PINTO LEAL - Coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes, órgão vinculado à Universidade de Brasília — UnB.

SUMÁRIO

Seminário *Impacto das Grandes Obras na Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Há falhas na gravação.
Há expressão ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Queria desejar bom dia para cada um e cada uma de vocês. Nós estamos providenciando mais cadeiras.

Quero dizer que nós vamos realizar o Seminário *Impacto das Grandes Obras na Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*. Este Seminário é da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias de turismo sexual e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Mas nós vamos também “adendar” outro tema a esta discussão em parceria, em atividade conjunta com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Nós vamos discutir a agenda de convergência organizada a partir do Governo Federal para os grandes eventos.

Então, este Seminário será dividido em dois momentos. No primeiro momento nós vamos discutir com a Sra. Ideli Salvatti, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República — é um prazer tê-la aqui —, que vai nos apresentar a agenda de convergência. É uma atividade da CPI com a Comissão de Direitos Humanos. Em seguida, após a explanação da Ministra, nós vamos chamar os nossos convidados e convidadas para compor a Mesa e discutir o tema *Impacto das Grandes Obras na Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*.

Então, neste primeiro momento, na abertura deste Seminário, nós vamos discutir a agenda de convergência com a Ministra. Nós vamos abrir para os Parlamentares que quiserem fazer uso da palavra. Nós estamos com um pequeno problema: o aeroporto está fechado e há a dificuldade de os Parlamentares chegarem. E alguns convidados nossos ainda não chegaram porque viriam de fora de Brasília e estão com problema para se deslocarem, mas esperamos que cheguem o mais rápido possível.

De qualquer forma, já temos aqui a participação de vários dos nossos convidados, o que assegura um debate de muita qualidade sobre o *Impacto das Grandes Obras na Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*.

Para que nós possamos dar início às nossas atividades, nós vamos fazer um primeiro painel, que é a *Agenda Convergente para o Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nos Grandes Eventos de 2014*.



É preciso ter claro que esta Comissão Parlamentar de Inquérito está em um contexto que fez com que ela se dedicasse a dois aspectos que não puderam ser abordados pelas CPIs que tinha, o mesmo tema em momentos anteriores no Congresso Nacional. Um deles diz respeito aos grandes eventos com o advento da Copa das Confederações. Fizemos um seminário para fazer essa discussão. E agora com a Copa do Mundo.

O segundo é o contexto das grandes obras que envolvem as Copas, as obras relativas à Copa, mas que envolvem também as obras que acontecem em todo o Brasil, particularmente as obras de hidrelétricas e de outros grandes empreendimentos que, nós não temos nenhuma dúvida, fizeram recrudescer a exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós tivemos o aumento de mais de 200% de casos de estupro em Jirau e Santo Antônio. Tivemos, em mais de 25%, o aumento da gravidez na adolescência naquela região.

Nós temos a absoluta clareza de que há um deslocamento das rotas. As rotas passam a ter novo destino. E quando você coloca 30 mil, 40 mil, milhares de homens, às vezes triplicando — triplicando — o número de pessoas no Município, você desorganiza as relações sociais, desorganiza os vínculos comunitários, e isso faz com que nós tenhamos um recrudescimento das violações.

Nós já tivemos mais de oito audiências públicas para discutir aqui, com a leitura de vários agentes e de vários protagonistas, o recrudescimento da exploração sexual com a vinda de grandes obras.

No primeiro momento, então, para abordarmos esses dois temas que são do contexto desta CPI, que não estavam dados na CPI que se encerrou em 2004 ou em outras CPIs com o mesmo tema de investigar a exploração sexual de crianças e adolescentes, nós vamos discutir a questão dos grandes eventos, com a agenda convergente, com o painel apresentado pela Ministra sobre a agenda convergente, em parceria, repito, com a Comissão de Direitos Humanos desta Casa. E tão logo a gente encerre essa discussão, nós vamos chamar à mesa os nossos convidados e convidadas para discutirmos o *Impacto das Grandes Obras na Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*.

Feitos esses esclarecimentos, eu gostaria, de pronto, de passar a palavra para a Ministra Ideli Salvatti, para que ela possa conduzir este painel sobre a



Agenda Convergente para o Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nos Grandes Eventos de 2014, organizada pela Secretaria de Direitos Humanos, para os grandes eventos.

Para preparar o Brasil para a Copa — a Ministra sabe disso —, recentemente foi feita uma portaria que impediu o ingresso no Brasil de pessoas acusadas ou criminalizadas em função da violência sexual, mas nós sabemos que para preparar o Brasil para a Copa, além de dotá-lo de infraestrutura aeroportuária e hoteleira, é preciso proteger nossas crianças e adolescentes. Por isso é um prazer tê-la aqui. Ministra.

Com a palavra a Sra. Ministra Ideli Salvatti, para que possa fazer o painel deste primeiro momento do nosso Seminário.

A SRA. MINISTRA IDELI SALVATTI - Agradeço à Deputada Erika Kokay. Quero, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade de estar aqui e cumprimentar, saudar todos e todas — a grande maioria aqui é de mulheres — que estão participando desta atividade, deste debate. Quero saudar também os telespectadores da *TV Câmara*.

Espero aproveitarmos bem esta manhã de terça-feira meio nublada em Brasília, mas em que a gente vislumbra, indiscutivelmente, perspectivas de avanços na questão do combate, da erradicação, da repressão aos crimes cometidos contra nossas crianças e adolescentes e, principalmente, no reforço da rede de proteção desse segmento social, que é vulnerável. Trata-se de um segmento para o qual precisamos todos estar muito atentos, articulados e agindo em parceria, para que a gente possa ter sucesso.

Na semana passada, nós tivemos o dia 18 de maio, dedicado nacionalmente ao combate à violência, exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes. Tivemos inúmeras atividades. Tivemos a sanção, pela Presidenta Dilma, de um avanço legislativo que o Congresso — Câmara e Senado — propiciou, transformando em hediondo o crime relacionado à questão da violência sexual, abuso e exploração de crianças e adolescentes.

Então, foi indiscutivelmente um avanço significativo na nossa legislação, a legislação brasileira, que nos ajuda muito, porque, obviamente, se a lei é mais rigorosa, se a pena tem que ser cumprida com mais rigor, se não há fiança, se não



há a possibilidade de progressão da pena, de sair antes da cadeia, isso obviamente contribui para um processo de somatório para fazer, digamos assim, a inibição, tornar o crime mais difícil, ou, se acontecer, ser punido com mais rigor.

Nós estamos trabalhando de forma muito intensa. Deveremos ter atividades com o Judiciário, Deputada Erika, porque não adianta termos leis mais rígidas somente. Se a pena é de 10 ou de 100 anos para um crime de violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, tanto faz se é de 10 ou de 100 anos; se o processo judicial, a investigação, a apuração, a condenação e a prisão têm baixíssima probabilidade de ocorrer, a impunidade acaba de alguma forma anulando o efeito da lei mais rígida.

Então, você precisa ter, sim, leis com maior rigor, mas ao mesmo tempo você tem que ter também um rigor maior, uma agilidade maior no processo judicial para que efetivamente quem a Justiça, após apurar, condenar tenha em efetividade a punição, a prisão efetivamente aconteça, ocorra.

E nós estamos hoje no País em uma situação de preparação para a Copa, mas é bom sempre a gente lembrar: a Copa é um processo, é uma atividade, é um evento de grande visibilidade internacional. Nós vamos estar, durante a Copa, praticamente em todos os meios de comunicação do planeta. O País estará nessa vitrine, estará sendo acompanhado por milhões e milhões de pessoas em todo o mundo.

Agora, é bom sempre a gente lembrar também que eventos movimentando pessoas, turistas, inclusive turistas internacionais, acontecem todo ano no Brasil, inclusive em volume muito maior. Se você pegar o carnaval do Rio de Janeiro; o carnaval da Bahia, o Galo da Madrugada, em Pernambuco; se você pegar movimentações religiosas tipo Círio de Nazaré, Nossa Senhora Aparecida, Marcha para Jesus, verá que todos são eventos que reúnem milhões de pessoas. Há as festas juninas durante praticamente 1 mês no Nordeste; a Parada LGBT, em São Paulo, que reúne de 2 a 3 milhões de pessoas. Então, são eventos que o Brasil faz todo ano. Portanto, nós precisamos ter a clareza de que, sob determinados aspectos, a Copa não tem que ficar causando esse pânico que muitos tentam veicular e colocar, porque o Brasil tem experiência, tem estrutura para dar conta de grandes eventos. Vejam os *réveillons*. Eu me esqueci. O *réveillon* em Copacabana



— é só a gente assistir — é um dos mais divulgados, inclusive internacionalmente, pela sua movimentação.

Então, é muito importante a gente ter essa clareza para também dar o equilíbrio adequado às questões de preparação e de trabalho que nós precisamos ter durante a Copa, mas é fato que o Brasil tem experiência acumulada, porque todo ano movimenta milhões de pessoas em inúmeros eventos em todos os cantos do nosso País.

Na questão das obras, nós também temos uma situação que requer — requer — cuidado. Requer cuidado porque efetivamente nós tivemos, durante várias décadas no Brasil, algumas grandes obras focadas: a construção de Itaipu, a situação de Serra Pelada, que não era uma obra, mas uma movimentação também de milhares de homens concentrados em um único espaço, e várias outras situações em que o Brasil movimentou população, movimentou trabalhadores, agravando a situação de vulnerabilidade de mulheres, crianças e adolescentes, com a possibilidade crescente de tráfico de pessoas e de exploração sexual.

Neste último período, nós temos grandes obras acontecendo ao mesmo tempo em praticamente todo o território nacional. Eu não consigo identificá-las — acho que todos aqui têm essa avaliação —, pois todos os Estados brasileiros estão neste momento com grandes obras, sejam obras de hidrelétricas, sejam obras de ferrovias, sejam obras de estradas, sejam obras de transposição de águas do São Francisco, sejam obras de mobilidade urbana na questão de metrô, VLT, BRT, corredor exclusivo; sejam as obras do Minha Casa, Minha Vida. Nós temos conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida em vários Estados. Por exemplo, o Acre é um Estado pequeno, com uma população pequena se comparada, mas nós temos, na Capital Rio Branco, uma obra que envolve aproximadamente 10 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida.

Então, em todos os cantos do País nós temos grandes obras. É por isso que nós precisamos aproveitar a boa experiência que nós estamos tendo de integração, de agenda de convergência, como nós chamamos, para podermos aperfeiçoar e intensificar as ações do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais.



Desde 2003 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, vem trabalhando na ótica, na lógica de a gente articular.

Nós estamos com o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro — PAIR. Nós temos o PAIR, que é uma articulação e uma estrutura focada em 540 Municípios brasileiros, que são Municípios onde há maior incidência de violência, exploração e abuso sexual. Desses 540 Municípios, nós temos 15 cidades de fronteira, onde também a vulnerabilidade é maior, principalmente em relação à questão do tráfico de pessoas, crianças e adolescentes, para podermos barrar e evitar exatamente essa movimentação de pessoas através das nossas fronteiras.

Trabalhamos desde 2003 com um dos mais importantes e eficientes mecanismos de parceria com a população: o Disque 100.

O Disque 100 é um sistema que está afeto à nossa Secretaria, toda a equipe da empresa que faz o trabalho de acolhimento dos telefonemas trabalha conosco. A pessoa liga gratuitamente, sem precisar se identificar, de qualquer canto do Brasil. O atendente acolhe a denúncia e nós a encaminhamos para a autoridade mais próxima que tenha relação com aquela denúncia. Então, se é o Conselho Tutelar, é o Conselho Tutelar; se é a Delegacia de Polícia, se é o juiz, se é o Ministério Público. Então, o Disque 100, ao longo do período em que tem funcionado, já recebeu mais de 2 milhões de denúncias que foram devidamente encaminhadas à autoridade mais próxima e correspondente de onde essa denúncia veio.

O Disque-Denúncia faz essa triangulação com a pessoa que viu e que nos faz a denúncia ou está sofrendo a violência. Para os senhores terem ideia, parte significativa das ligações é feita por crianças. E os nossos atendentes contam situações extremamente contundentes sob o aspecto emocional. É a criança que liga e fica quieta, não diz nada. Então, o nosso atendente já sabe que ali é muito grave porque, a ponto de não falar, pode ser que ela esteja sofrendo naquele momento, pode ser que o agressor esteja presente no ambiente. Há situações em que a criança liga e grita, no desespero.

A Xuxa na semana passada visitou a nossa Central de Atendimento e teve a oportunidade de conversar com os atendentes. Uma das atendentes contou que



uma criança ligou e cantava. Ela cantava uma música. E nessa música ela relatava o que estava sofrendo. Então, a violência era denunciada através de uma música.

As crianças, quando estão sofrendo abuso, violência, encontram formas de enfrentar o medo, de enfrentar a preocupação, inclusive de sofrerem ou ampliarem a violência, o abuso a que elas estão submetidas de formas muitas vezes criativas.

Os atendentes são preparados. Eles são treinados e têm apoio psicológico para dar acolhida a esse tipo de denúncia.

Então, o Disque 100, além de acolher a denúncia e encaminhá-la à autoridade mais próxima correlata, ainda é um dos nossos principais instrumentos para mapear onde está ocorrendo o maior volume de denúncias, para a gente poder orientar as nossas forças de segurança.

A Polícia Federal, na semana passada, fez mais uma das operações de combate à violência, à exploração e ao abuso sexual das nossas crianças e adolescentes. Foi a Operação Proteja Brasil. Quarenta mandados de segurança, busca e apreensão em 14 Estados e a prisão de 8 pessoas em flagrante por crime de pedofilia. Em boa parte dessas ações, a Polícia Federal baseou-se nesse mapeamento que nós temos pelo Disque 100, para poder atuar na repressão.

Além desse instrumento, que, desde 2003, nós implementamos, nós reforçamos... Inclusive, agora, para a Copa, nós vamos ter a contratação de 25% a mais de atendentes para poder dar conta. Já estamos com o treinamento sendo concluído. Então, nós vamos ter um reforço no atendimento. Vamos ter inclusive atendente em outra língua, porque, como nós vamos ter turistas num número significativo, nós vamos ter atendentes em inglês e em espanhol para poder dar conta dessas denúncias que não venham em português.

Outro trabalho muito importante dessa agenda foi a percepção... E aqui, Erika, eu quero agradecer a parceria com os Parlamentares, porque nós tivemos as emendas parlamentares como o principal instrumento para a gente poder, através do recurso da Secretaria de Direitos Humanos, equipar os nossos Conselhos Tutelares. Porque é o seguinte: qual é a instituição responsável mais próxima? É o Conselho Tutelar. Tanto que nós denominamos os nossos conselheiros tutelares de anjos da guarda das crianças e dos adolescentes. Então, com as emendas dos nossos Parlamentares mais os recursos que a própria Secretaria de Direitos



Humanos tem, no ano passado, nós entregamos 1.122 equipamentos para os Conselhos Tutelares dos Municípios brasileiros. A nossa meta é equipar todos. Este ano, nós vamos chegar próximo aos 2 mil. O que é esse equipamento? É o veículo, é o computador para o conselheiro poder atuar em rede, é a impressora, é aquela coisa do conforto. Eu, quando fiquei sabendo, perguntei: *“Mas, por que precisa... No equipamento tem bebedor”*. Aí o pessoal disse assim: *“A senhora não sabe a diferença que faz dar uma aguinha quando a mãe ou a pessoa ou a criança chega absolutamente traumatizada, a gente poder dar esse conforto de acolher acalmando, podendo...”*. E, veja bem, os nossos Conselhos Tutelares, na sua quase totalidade, não tinham esse equipamento básico, que é para oferecer uma água na hora do sufoco.

Então, essa equipagem dos Conselhos Tutelares tem sido muito bem aceita, tem sido fundamental para que os nossos conselheiros tenham condições de fazer o trabalho. Além disso, nós estamos trabalhando numa lógica de capacitar, de preparar melhor os nossos conselheiros tutelares. Então, desde 2011, já foram aproximadamente 45 mil conselheiros tutelares de todo o Brasil que participaram dos cursos, que participaram da qualificação, que participaram do treinamento. E, no ano que vem, Erika — e, aí, nós vamos precisar de novo muito da parceria dos Parlamentares, das entidades da sociedade civil, das ONGs que atuam na defesa da criança e do adolescente —, nós vamos realizar pela primeira vez... Isso foi fruto de uma lei que foi encaminhada pelo Executivo, pela Presidenta Dilma, foi aprovada e agora é lei e, no ano que vem, nós vamos ter...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu fui Relatora.

A SRA. MINISTRA IDELI SALVATI - Você foi Relatora, Erika, muito boa e muito importante. Pela primeira vez, nós vamos ter a eleição dos conselheiros tutelares feita toda num único dia em todos os Municípios do Brasil.

Por que isso é importante? Se as eleições são realizadas num único dia, nós temos a possibilidade de preparar a sociedade, de fazer a campanha, de alertar a população: prepare-se, escolha os melhores, mobilize-se, não permita que tenha vinculação político-partidária. O conselheiro tutelar é um defensor e é um agente de ação junto à comunidade na defesa das nossas crianças e adolescentes. Por isso que ele precisa ter uma escolha dos melhores, com muita participação, com a



sociedade, com a população envolvida indo votar, ajudando a escolher de forma efetiva os nossos conselheiros tutelares. Então, vai ser o nosso grande desafio. Vai ser a primeira. A primeira vez sempre causa um friozinho na barriga, mas eu tenho certeza absoluta de que nós seremos bem-sucedidos, pelo papel fundamental e importante que os conselheiros e os Conselhos Tutelares desenvolvem.

Além dessa equipagem dos Conselhos Tutelares, do reforço do Disque 100, do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência, nós estamos aproveitando essa oportunidade que se chama Copa do Mundo, porque, como há uma visibilidade, como a gente precisa dar conta, como a gente precisa estar com as ações de repressão e de proteção muito articuladas, nós já atuamos dessa forma, por determinação da Presidenta Dilma, na Copa das Confederações. Na Copa das Confederações, nas 6 cidades, nós trabalhamos integrados na Agenda de Convergência toda a estrutura do Governo Federal, toda a estrutura dos Governos Estaduais e toda a estrutura das Prefeituras.

E o que significa trabalhar de forma integrada? Significa que o Conselho Tutelar, que é do Município, a Guarda Municipal, que é do Município, vão trabalhar integrados com as Delegacias de Polícia, com os Juizados, com as Varas da Infância, que são estaduais, com a Polícia Civil, que é estadual, com a Polícia Militar, que é estadual, integrados com a estrutura federal, que são os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, os CREAS, e os Conselhos Regionais de Serviço Social, os CRESS, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Força Nacional. Então, toda a estrutura de repressão e de proteção trabalha de forma integrada para a gente reprimir, combater, punir e, ao mesmo tempo, proteger.

Então, na Copa das Confederações, a Agenda de Convergência já trabalhou assim, e agora, na Copa, nós também vamos trabalhar assim. Esse trabalho articulado é indiscutivelmente um dos nossos principais legados, para, junto com a equipagem dos Conselhos Tutelares, o treinamento, o Disque 100, toda a nossa rede, ficar para que a gente possa, dessa experiência de trabalhar articuladas todas as esferas, federal, estadual e municipal, todas as forças repressivas e de proteção trabalharem articuladas, ficar para que a gente possa aplicar, usar isso nas grandes obras.



Por isso, Erika, é tão importante a oportunidade da Copa, porque nós estamos, da mesma forma que os nossos jogadores estão lá na Granja Comary iniciando o treino, estão lá hoje nos exames médicos... E a gente espera que eles efetivamente se preparem, e a gente possa comemorar a conquista de mais uma Copa, a sexta Jules Rimet. Mas que essa preparação, esse treinamento, essa integração da Agenda de Convergência possa efetivamente também ser aperfeiçoada para a ocorrência não só dos grandes eventos, aqueles que acontecem todo ano, que eu já citei, como também das grandes obras, porque as grandes obras movimentam um número significativo de pessoas predominantemente do sexo masculino. As obras da construção civil, apesar de as mulheres estarem hoje muito ativas na construção, são inclusive preferidas em determinadas execuções que exigem mais cuidado, mais atenção nos acabamentos, mas ainda as grandes obras da construção civil movimentam grande contingente de homens. Portanto, a questão sexual, tanto do tráfico, da exploração, como do abuso, aflora. E é por isso que nós precisamos aproveitar toda essa tecnologia, toda essa integração, toda essa nossa ação conjunta da Agenda de Convergência, para que a gente, nas grandes obras, possa estar muito atenta e evitando.

Nós tivemos experiências bem-sucedidas de articulação. A Marinete, no carro, que me acompanhava na vinda para cá, que é a nossa Assessora Parlamentar da Secretaria de Direitos Humanos, estava me relatando uma ocorrência de tráfico de mulheres, de crianças e de adolescentes que foi pega em Altamira. A adolescente conseguiu fugir, escapar, fez a denúncia no Conselho Tutelar, e nós conseguimos desencadear, a partir da denúncia, toda a operação, inclusive para resgatar e devolver as mulheres e a adolescente para o seu Estado de origem, porque elas tinham sido levadas de forma abusiva, violenta, para virarem escravas sexuais em uma situação lá em Altamira. E essa daí foi uma operação muito bem-sucedida. A partir da denúncia, a gente montou a operação com a Polícia Federal, e conseguimos resgatar e devolver tanto as mulheres quanto a adolescente para as suas cidades, para as suas famílias.

Por último, nós temos uma nova tecnologia que nós incorporamos à Agenda de Convergência. Nós já utilizamos na Copa das Confederações, isso já está disponível em todas as capitais brasileiras, e, no caso das sedes da Copa, nas 12



sedes na região metropolitana. Nós estamos comemorando, inclusive foi escolhido — saiu agora sexta-feira — como um dos dez melhores aplicativos criados no nosso País. Foi uma criação de jovens, a gente chama de meninos da Bahia, essa rapaziada que lida aí com a rede, com a Internet e são muito criativos. Eles desenvolveram, e nós o estamos aplicando com grande sucesso o aplicativo Proteja Brasil.

O aplicativo Proteja Brasil é muito simples. Eu quero inclusive estimular todo mundo que tem. Eu já vi várias aí tirando foto. A gente fala, mas o povo continua movimentando, e é muito bom, porque a gente consegue ler e ouvir, a gente faz as duas coisas ao mesmo tempo com essa rede de Internet. Mas o aplicativo Proteja Brasil é fantástico. Você coloca lá no seu *smartphone* “Proteja Brasil” e, se você está em alguma situação em que você perceba que está acontecendo algo envolvendo alguma criança, algum adolescente, é suspeito, está sendo explorado, está sendo abusado, tem violência, tem discriminação, você baixa o aplicativo ali na hora no seu telefone. E o que é que acontece? Pelo georreferenciamento, o aplicativo lhe fornece ou o caminho, o GPS, a rota para você chegar, ou o telefone de tudo o que tem no seu entorno: o Conselho Tutelar mais próximo, a delegacia de polícia mais próxima, o Juizado, o hospital, se é caso de socorro. Então, você tem na mão tudo o que você precisa para socorrer, denunciar, alertar qualquer tipo de violência, abuso ou exploração sexual que esteja acontecendo com as nossas crianças.

Esse aplicativo Proteja Brasil é gratuito, portanto, como o Disque 100. No caso de o aplicativo Proteja Brasil, se a pessoa liga para a delegacia, ou para o Conselho Tutelar, vai ter que se identificar. Se a pessoa não quiser se identificar, no aplicativo tem o Disque 100. O Disque 100 é anônimo, então pode fazer também para o Disque 100. E é um instrumento fantástico, porque vai permitir que todo mundo que está com o telefone fique também com a rede de proteção na mão para poder acionar.

Nós temos a convicção de que essa tolerância zero que foi exigida pela Presidenta Dilma... Tolerância zero é não permitir que a violência, o abuso e a exploração contra crianças e adolescentes ocorra. Esse é um trabalho que só pode ter resultados positivos se a gente tiver estrutura — são os nossos Conselhos Tutelares, o trabalho integrando repressão e proteção —; a participação da



sociedade, todos atentos com o Disque 100, com o Proteja Brasil, com o avanço da legislação, como foi a questão de transformar crime hediondo, com o Judiciário também agilizando a punição e esse clima que todos nós precisamos criar. Nós temos que criar esse clima de tolerância zero. E a gente só consegue criar este clima de tolerância zero agindo, integrando e contando com a efetiva participação de todos.

A disposição da Presidenta de tolerância zero foi assim: quando nós levamos ao conhecimento dela que nós estávamos sendo alertados da possibilidade de haver um número significativo de pedófilos condenados em outros países, a INTERPOL mantém a lista e nós tínhamos ainda outras fontes de informação de pessoas envolvidas com o crime — tudo bem, Deputado Luiz Couto? — de pedofilia ou de abuso sexual em outros países, a ordem da Presidenta foi de imediato: “*Tem mecanismo para barrar?*” “*Tem*”. A própria lei do estrangeiro permite isso. E aí ela ordenou que o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos baixassem a portaria que foi publicada, na semana passada, no *Diário Oficial*, para impedir a entrada desse tipo de pessoa que não é benquista, não é bem-vinda e que nós não queremos aqui no nosso País.

Então, essa posição intransigente, essa posição clara, inequívoca é muito importante, porque ela sinaliza, para a população, para as entidades, para as demais instituições do nosso País, que nós deveremos estar cada vez mais bem preparados, cada vez mais articulados e cada vez mais disponibilizando mecanismos como o Disque 100 ou o aplicativo Proteja Brasil, para a população nos ajudar. Até porque é sempre bom a gente lembrar que, infelizmente, a violência, o abuso e a exploração das nossas crianças e adolescentes na questão sexual ocorrem, na maior parte das vezes, na maior parte dos casos, dentro da própria casa da criança. E, infelizmente, por alguém muito próximo a ela.

Portanto, se você não tem a sociedade, o vizinho... E a criança dá sinal, a criança demonstra, é identificado no comportamento, na mudança do comportamento da criança quando ela está sofrendo o abuso, a violência e a exploração sexual.

Então, é por isso que o instrumento disponibilizado para a população, como o Disque 100, o aplicativo Proteja Brasil, é importante, porque, como é escondido na



maior parte das vezes, é dentro da própria residência, não tem jeito de a autoridade, o Conselho Tutelar não tem como estar observando todos os lares para saber. Mas a vizinhança, alguém da própria família, ou a professora, o professor, ele é um agente importante da observação da denúncia, para a gente poder fazer o socorro e evitar.

Por isso, Erika, para nós é muito importante estarmos aqui debatendo no dia de hoje, colocando aquilo que o Governo da Presidenta Dilma vem desenvolvendo, aquilo que a gente está fazendo de parcerias, e para a gente poder aperfeiçoar. Nós temos ainda muito a fazer, porque, infelizmente, é um crime, hediondo agora, por lei, mas é um crime muito difícil de erradicar, e que a gente precisa, não é?

Eu comentei ontem que, muitas vezes, as pessoas comentam: *“Ah, isso é um animal cometer uma barbaridade desta com uma criança, com um adolescente!”*. Não é animal, gente. No reino animal a gente não conhece casos de abuso sexual de uma geração contra outra. Esse é, infelizmente, um desvio absurdo de comportamento da raça humana. Infelizmente. E por isso é que a sociedade, cada um de nós tem a obrigação de estar atento, como a nossa campanha dos *Três macaquinhos sábios*: fique muito alerta. Ouça tudo, denuncie sempre. Certo?

Então, é isso, Érika. Obrigada. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Gostaria de agradecer à Ministra e registrar a presença do Deputado Luiz Couto, que faz parte tanto da Comissão de Direitos Humanos, como também faz parte da CPI, da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero justificar a ausência da nossa Relatora, a Deputada Liliam Sá. Nós estamos hoje, Ministra, com uma agenda com o Presidente da CBF, porque nós tivemos já a oportunidade de trazer a esta CPI e discutir a existência de exploração e abuso sexual nas escolinhas ou nos times de base, inclusive times de grandes bandeiras. E nós estamos hoje, através da Deputada Liliam Sá, no Rio de Janeiro, fazendo uma discussão com o Presidente da CBF, porque nós queremos a construção de um pacto, porque queremos também aprimorar a legislação.

É muito importante que os clubes sejam responsabilizados pelo que acontece sob a sua bandeira, porque a sua bandeira é que atrai esses meninos — a grande maioria é menino —, meninos que querem um outro futuro, que são atraídos por um



sonho, pela concretização de um sonho, e são fragilizados em função disso e submetidos à situação de abuso e exploração sexual.

Nós já temos várias denúncias no Brasil inteiro. Já tivemos a oportunidade de aqui receber o Presidente da Federação do Amazonas, onde esse é um fato. Tivemos também audiência com o Secretário Nacional do Ministério do Esporte, para que nós possamos construir uma agenda coletiva, na perspectiva de que possamos chamar os clubes. E por isso a importância de estarmos hoje com a CBF, através da Deputada Liliam Sá, com os clubes, para que nós possamos construir esse pacto.

Então, eu lhe digo isso por que à Secretaria de Direitos Humanos é impossível pensar em qualquer política pública e de diálogo, inclusive, com a sociedade civil, sem contar com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Por fim, quero dizer que nós vamos nos dedicar a fazer uma... A gente já fez um seminário aqui na véspera da Copa das Confederações, com os representantes dos comitês, que foram criados comitês com a participação da sociedade civil, em todos os locais que sediaram a Copa das Confederações e também a Copa do Mundo. E, ali, nós vimos que, primeiro, é preciso construir fluxo, fluxo, fluxo de atendimento, que é isso o que a Ministra aqui falava, de você acionar as redes de proteção e estabelecer fluxo.

Primeiro, é preciso construir fluxo, fluxo de atendimento, que é isso que a Ministra aqui falava, de você acionar as redes de proteção e estabelecer fluxo. Há uma experiência, na Bahia, durante o Carnaval, que me pareceu uma experiência que nos foi relatada na ocasião, pelo Governador Jaques Wagner, que nos contava e nos relatava a experiência de que, durante o Carnaval, se constroem também creches provisórias para atender, primeiro, aos filhos dos trabalhadores que estarão temporariamente trabalhando durante o Carnaval, mas também para acolher aquelas crianças abandonadas e nas proximidades dos grandes eventos. Acho que é muito importante que a gente possa trabalhar nessa perspectiva.

E, no que diz respeito às grandes obras, nós já tivemos aqui analisando esse caso que foi relatado pela Ministra, através do Conselho Tutelar, da Polícia, trouxemos o Consórcio de Belo Monte, aqui representado, para fazermos essa



discussão, os financiadores das grandes obras. Porque o Movimento dos Atingidos por Barragens já tivemos várias audiências públicas em relação à vítima. Foi o caso da Adolescente que foi aliciada, se não me falha a memória em Santa Catarina, no Sul do País, que foi de Van para um cárcere privado, ela ficou em cárcere privado, fugiu, acionou o Conselho, acionou a Polícia.

Enfim, e isso tudo que foi relatado aqui já pela Ministra. Mas nós queremos construir um marco legal onde nós possamos, junto com o licenciamento socioambiental, estabelecer algumas condicionantes para a implementação das grandes obras. Porque, muitas vezes, o Município triplica o seu número de habitantes com homens que vêm sem vínculo, sem sensação de pertencimento, as relações são aquelas que se desestruturam em função dessa chegada de muitos homens, homens com recursos. Nós vimos em Jirau que houve o deslocamento de rotas, essas rotas se deslocaram de exploração sexual, para ter como destino aquela região, porque passa a ser uma região com muitos recursos, em função da instalação das grandes obras, e o mito do eldorado, também.

Então, enfim, o que nós queremos, e aí a gente vai lhe comunicar, porque a Secretaria de Direitos Humanos permanece nessa discussão, representada pelo Marcelo e pela Juliana, vai continuar aqui, mas nós vamos auxiliar para que a Secretaria de Direitos Humanos possa articular os demais atores, para que nós possamos construir esse novo marco legal, com condicionantes para a instalação das grandes obras que vão envolver o fortalecimento dos equipamentos do Conselho Tutelar, dos equipamentos públicos, das políticas públicas para a criança e adolescente, das políticas de geração de renda para adolescente, ou de adolescente aprendiz.

Enfim, é preciso construir planos multissetoriais para proteger as crianças nos Municípios ou nas suas cercanias que receberão as grandes obras. E isso tem que ser uma condicionante para a construção da grande obra; tenha que ser uma condicionante acompanhada periodicamente como são os licenciamentos ambientais. Nós queremos fazer isso para que tenhamos um avanço nessa perspectiva. Reconhecemos a participação e a preocupação do Governo com relação ao PAIR, que queremos também discutir algo...



Veja, deixa eu lhe dar um exemplo concreto. O Município de Coari: o Prefeito está preso, estima-se que o Prefeito deve ter estuprado por volta de cem crianças, e utiliza a máquina do próprio Estado para alimentar a rede de exploração sexual, numa lógica corrupta, e também utiliza servidores do Estado e Secretários para identificar as meninas que serão trazidas com as suas fragilidades identificadas.

Digo isso porque colhemos depoimento de uma menina que dizia: *“A minha mãe fez um câncer, não tinha como tratar, eu resistia ao assédio, em função disso, eu acabei me submetendo”*. Então, são identificadas fragilidades para que elas possam ser um instrumento de cooptação dessas meninas e de submissão delas à exploração sexual.

Então, veja: Coari não implementa o PAIR. Numa discussão com a Secretaria de Direitos Humanos, a Secretaria de Direitos Humanos decidiu incluir o Município de Coari na rede, nos Municípios do Amazonas, num convênio estava sendo feito, para que se pudesse ter um instrumento de combate. Entretanto, o Prefeito estava envolvido e está preso em função das denúncias de exploração sexual.

Então, é preciso que a gente também crie alguns condicionantes para que quem não tiver PAIR não vai ter isso — supondo —, alguma coisa assim, etc. Enfim, pelo menos nos Municípios em que se ateste a fragilidade.

O último aspecto que foi abordado pela Ministra, com muita sabedoria, diz respeito à impunidade. Então, eu queria realçar essa iniciativa da Ministra de tentar acionar os Poderes Judiciário e Executivo para romper com a impunidade e parabenizo-a por isso, porque, se não há boas polícias, não se faz bons inquéritos e, se não se faz bons inquéritos, contribui-se com a impunidade. Quando se envolvem poder econômico e poder político, é muito difícil a gente conseguir estabelecer a punição necessária.

Portanto, eu queria parabenizá-la e agradecer-lhe. Quero que a senhora se sinta à vontade. Nós sabemos que há problema de agenda, com atividade no Senado. E nós vamos, imediatamente, tão logo a Ministra se retire, chamar a Mesa para fazer a discussão e inaugurar o segundo momento do nosso Seminário.

Então, quero lhe agradecer, Ministra.



A SRA. MINISTRA IDELI SALVATTI - Eu é que agradeço, Deputada Erika, a paciência a todos por terem acompanhado nossa exposição. E quero dizer, mais uma vez, que a luta é de todos, de todas, todos os dias, sem descanso.

Muito grata. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, eu queria muito agradecer a presença aos estudantes e às estudantes do Serviço Social da Universidade Paulista — UNIP, que são alunas — e professoras também, porque vocês também ensinam — da Profa. Marlúcia Carmo, que tem uma grande trajetória na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, que todos nós e todas nós conhecemos.

Vamos, então, para o segundo momento deste Seminário.

Eu gostaria de chamar os representantes da Secretaria... (*Pausa.*)

Eu gostaria de chamar para compor a Mesa a Sra. Teresa Cristina Franco Consentino, economista do Departamento de Políticas, Articulação e Sustentabilidade, e o representante do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Luciano Coutinho.

É um prazer tê-la aqui. Já tivemos oportunidade de promover uma audiência com o Banco do Brasil, a Caixa e o BNDES, porque são os grandes financiadores das grandes obras e achamos que, como financiadores, nos ajudarão na construção desses novos marcos legais e das condicionantes de proteção de crianças e adolescentes.

Eu gostaria de chamar a Sra. Moara Menta Giasson, representante do Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA, Sr. Volney Zanardi Júnior. Chamo Judite da Rocha, do Movimento dos Atingidos por Barragens — já tivemos também a oportunidade de escutá-los aqui. Chamo o Sr. Assis da Costa Oliveira, professor e ativista da área de proteção à criança e ao adolescente em Altamira, no Estado do Pará, no contexto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O Assis da Costa está aqui? Ele estava aqui, deu uma saída, mas, assim que voltar, estará à Mesa.

Eu quero saber se o Sr. Marcos Alviqis Campos, da Articulação dos Povos Indígenas, está aqui? (*Pausa.*) Ele não está aqui. Chamamos a Sra. Maria Lúcia Pinto Leal, Coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Tráfico de Pessoas,



Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes. Nós também chamamos para fazer parte da Mesa a Sra. Fabiana Gorenstein, Oficial de Proteção da UNICEF do Brasil, que está acometida de conjuntivite e não pode estar presente neste momento. A Sra. Karina Figueiredo, Secretária-Executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual, também foi convidada e, tão longo adentre este plenário, nós iremos chamá-la para compor a Mesa. E chamo a Juliana Petrocelli, Assessora da Secretaria Nacional da Criança e do Adolescente, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Quero chamar ainda... Eu solicitaria mais uma cadeira ou então que se você pudesse ficar aqui.

Então, quero chamar ainda o Marcelo Nascimento, que é Coordenador-Geral de Políticas de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. E nós ainda precisamos de mais uma cadeira para o Sr. Assis, que está aqui em plenário. Assis da Costa Oliveira, que é Professor e Ativista da Área de Proteção à Criança e ao Adolescente, em Altamira, no Estado do Pará, no contexto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

E, chegando as outras pessoas, a Secretária Karina e nós, enfim, providenciaremos as condições para que elas possam se instalar, e possamos fazer... Nós vamos estabelecer um prazo de por volta de 10 minutos para cada uma e cada um dos expositores, para que possam fazer as suas falas.

Nós vamos começar com a Juliana, que aqui está, para que ela possa fazer a sua apresentação. Nós vamos ter um prazo de 10 minutos para cada um dos expositores, para que possam falar.

Então, com a palavra a Juliana Petrocelli, que está aqui representando a Secretaria de Direitos Humanos. *(Pausa.)*

Peço que providenciem os equipamentos para que possamos ver a apresentação. *(Pausa prolongada.)*

Como nós estamos providenciando os equipamentos necessários para que a Juliana possa fazer a sua apresentação, eu vou chamar, enquanto organizam os equipamentos, eu vou chamar o Marcelo, para possa fazer uso da palavra aqui também.

Passo a palavra ao Marcelo e, em seguida, para Juliana, os dois representantes da Secretaria dos Direitos Humanos.



O SR. MARCELO NASCIMENTO - Bom dia, Presidenta, Deputada Erika Kokay. Cumprimento todos da Mesa. Bom dia a todos e todas.

Nessa pauta específica de enfrentamento à exploração e ao abuso sexual de crianças e adolescentes, nós temos feito um trabalho conjunto na Secretaria de Direitos Humanos, que é o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, para enfrentar todas as formas de violência.

Como a Ministra Ideli relatou aqui, nós temos uma política de fortalecimento dos Conselhos, que são os Conselhos Tutelares e os Conselhos de Direito. Para os Conselhos Tutelares, nós temos a equipagem. E nós estamos identificando os pontos, junto com o PAIR, para equipar primeiro esses Conselhos Tutelares, porque existem pontos vulneráveis de exploração e abuso sexual de criança e adolescente.

Ao mesmo tempo, nós estamos preparando, através da formação continuada, que é uma política chamada Escola de Conselhos, o modo como será aplicado primeiro nesses mesmos Municípios identificados como pontos vulneráveis de exploração sexual de criança e adolescente.

Nós temos um estudo feito com a Polícia Rodoviária Federal, que se chama MAPEAR. Mapeia-se, através dos seus policiais, pontos específicos nas rodovias brasileiras, nas rodovias federais brasileiras. Então, nós estamos com esse estudo em mão. Nós vamos delineando aonde nós vamos colocar, equipar e vamos formar os primeiros Conselhos Tutelares.

Ao mesmo tempo, da formação continuada e da equipagem, nós temos agora também um novo equipamento. Nós desenvolvemos um modelo arquitetônico de Conselho Tutelar que seja um ambiente agradável para os conselheiros, para receber as crianças e os adolescentes que ali estejam com seus direitos ameaçados ou violados. Mas, mais do que isso, que esse novo equipamento sirva para identificar um conceito na sociedade, que é o conceito de que criança e adolescente é prioridade absoluta, mas, mais do que isso, que é o conceito de que essa nova casa, esse novo equipamento, esse novo modelo de Conselho de Tutelar, ele seja utilizado, ele seja identificado pela criança e pelo adolescente como o seu lugar de proteção, que é quando qualquer criança ou adolescente passar em frente a esse equipamento, em frente ao Conselho Tutelar-modelo ela possa se identificar e dizer: ali é meu lugar de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes.



Hoje, no Brasil, nós temos 5.933 Conselhos Tutelares. Nós estamos equipando, agora, este ano vamos chegar a 2 mil Conselhos Tutelares equipados, reforçando o que a Ministra Ideli disse, que é um veículo, 5 computadores, e aí 5 computadores, é importante também que os conselheiros tutelares possam utilizar e alimentar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência, o SIPIA, que a partir daí também nós vamos ter os indicadores de violências que são atendidos pelos Conselhos Tutelares. Então, esses indicadores, que eles possam servir como orientação para construção das políticas públicas no âmbito federal, estadual e municipal, e assim também o conselheiro tutelar possa, conforme preconizado no art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, no inciso IX, que é: assessorar o poder público na elaboração da proposta orçamentária.

Então, para que os Conselhos Tutelares também possam assessorar o poder público na hora de construir as peças orçamentárias é preciso que os Conselhos disponibilizem esses indicadores, que são colhidos através do Sistema para Infância e Adolescência. São todas frentes de combate e enfrentamento a todas as formas de violências a que são submetidas nossas crianças e nossos adolescentes.

Em Altamira, especificamente, que é uma grande obra, lá nós já equipamos os Conselhos Tutelares, os 11 Conselhos Tutelares das 11 cidades que estão próximas ao empreendimento de Belo Monte. Ao mesmo tempo, nós já fizemos 3 rodadas com a Escola de Conselhos do Pará, que é uma parceria com a Universidade Federal do Pará. Nós já aplicamos 3 vezes os módulos de formação continuada para os conselheiros tutelares e conselheiros de direito das 11 cidades do Polo Altamira. Ao mesmo tempo em que nós estamos também já num grande diálogo para construir, em parceria com Belo Monte, as 11 sedes dos Conselhos Tutelares daquela região.

Nós entendemos que um Conselho Tutelar formado, equipado, pode imediatamente fazer a intervenção e, como nós dissemos, mudar, e mudar mesmo o curso do rio de uma criança. É mudar, é dar um basta na violência a que são submetidas as crianças e adolescentes em nosso País.

Ainda dos Conselhos Tutelares, nós estamos também agora criando um novo serviço, que é, junto ao Disque 100, uma central que vai funcionar das 8 às 20 horas de apoio aos conselheiros tutelares e conselheiros de direito.



Nós entendemos que Conselhos Tutelares fortes são Conselhos Tutelares preparados para fazer intervenção e aplicar medida de proteção à criança e adolescente imediatamente quando essa denúncia chega até esse Conselho Tutelar. Ao mesmo tempo em que nós realizamos o Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares, hoje, nós temos, e está disponível no *site* da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, uma publicação em PDF que tem o telefone, endereço, *e-mail* de todos os Conselhos Tutelares do País. Essa era uma grande dificuldade de articulação, era um Conselho Tutelar aqui de Brasília conversar com um Conselho Tutelar lá em Altamira.

Então, hoje nós temos identificados, mapeados todos os Conselhos Tutelares do País, com telefones, endereços e *e-mails*. Essa publicação está disponível a toda rede de proteção à criança e ao adolescente no Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Marcelo Nascimento, responsável pelo fortalecimento dos Conselhos Tutelares na Presidência da República.

Agora passo a palavra à Sra. Juliana Petrocelli, para que possa fazer a sua exposição, pelo prazo de 10 minutos.

A SRA. JULIANA MARQUES PETROCELLI - Bom dia a todos e todas! A nossa fala aqui é muito breve porque a fala da Ministra já foi muito interessante e bem completa. É mais para aprofundar algumas questões.

(*Segue-se exibição de imagens.*)

A gente inicia com esta grande reflexão, que eu acho que é o grande paradigma que a gente tem que ir quebrando na nossa sociedade, que é justamente a concepção de que a gente tem sobre criança e adolescente. Então, na verdade, coletivamente, deveríamos começar por aí.

Quem é essa criança e esse adolescente que estão no nosso cotidiano, na nossa sociedade, a quem nós devemos e queremos proteger? Então, o que a gente vê historicamente é que essa criança ou adolescente não têm sido considerados sujeitos, mas objetos que não têm um querer, que não podem ser proativos, que não podem construir sua própria história. Historicamente, esses direitos acabam por ser negados. Aí é o que a gente vê: a exploração do seu corpo no trabalho, do seu sexo,



tudo numa relação de submissão. Então, é este o primeiro paradigma que a gente precisa quebrar enquanto sociedade: o olhar que a gente despende para essa criança.

A gente precisa romper com essa visão desqualificadora de que a criança é um ser incompleto, ou seja, que ela não é um sujeito, um ser, mas que ainda vai se construir. Não! A criança, na verdade, tem uma história, tem um querer e direitos que têm de ser respeitados. Muitas vezes, a criança acaba nos surpreendendo com o modo criativo e inesperado de abordar uma série de questões, e a gente vai considerando esses olhares, essas intervenções das crianças como se fossem modos primitivos de se relacionar. Aí é que está o nosso limite de não concebê-las como sujeitos. E esta é uma questão que a gente precisa superar.

É claro que a gente sabe que a violência sexual tem várias consequências para essa criança numa fase que é peculiar. Essa criança está em fase de desenvolvimento. Então, a gente observa questões de sequelas físicas, de ligação afetiva, de desenvolvimento de uma sexualidade, antes saudável, com a estigmatização. Enfim, são várias as questões que acabam manchando a infância dessas crianças. A gente precisa atuar com relação à superação dessa questão, dessa violência.

Nós já temos pontos mapeados acerca dessa violência no nosso País. Através desses pontos é que a gente precisa agir enquanto equipamento público e sociedade civil.

Quando a gente olha também os dados do Disque 100, a gente pode observar como esse fenômeno se comporta. Aqui a gente vê as várias violências cometidas contra a criança. No que se refere à violência sexual, a gente acaba tendo um percentual alto, que é de 25%. Quanto à violência física, a gente acaba tendo também um alto índice: 42%. Esses dados são recentes, de 2013. E aqui a gente observa como se comporta a violência contra a criança e o adolescente.

Quando a gente analisa a questão da violência sexual, a gente vê que a violência sexual ainda tem um índice significativo, em torno de 22%, mas que o abuso sexual é a concentração maior que se dá nesse campo da violência contra a criança: em torno de 83%.



Este aqui é um mapeamento. Eu vou deixar aqui essa apresentação para todos. Como a gente está em diálogo com as 12 cidades-sede, a gente fez um levantamento bem informal com eles, mas que é significativo, acerca dos principais pontos de violência sexual nas cidades onde haverá jogos da Copa. Aqui a gente vê esses pontos delimitados.

O que a gente tem em termos de recursos para enfrentar a questão da violência sexual contra a criança? Nós temos um plano nacional, que eu acho que todos devem saber, mas que sempre é bom lembrar, que é um desenho de responsabilidades, de prazos, de competências. É um desenho intersetorial. E a gente sempre deve olhar para ele, porque ele foi construído coletivamente, resulta de um grande esforço coletivo no enfrentamento à questão da exploração sexual.

Este plano nacional tem uma linha de estudos e pesquisas; uma linha de comunicação e mobilização social; uma linha de defesa e responsabilização; uma linha de participação e protagonismo, que coloca as crianças nesta parte ativa de intervenção; e também uma busca estratégias de prevenção, bem como de atenção, quando, infelizmente, a violência já ocorreu.

Temos uma política nacional que se materializa através de uma comissão intersetorial que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República — SDHPR coordena, buscando congregar esforços para o enfrentamento a essa questão.

Nós temos duas pautas que estão sendo coordenadas pela Secretaria de Direitos Humanos: uma se refere à Agenda de Convergência, e outra à Carta de Constituição de Estratégias.

A Agenda de Convergência, como bem colocou a Deputada, é um grande esforço para grandes eventos, mas se propõe a se constituir num legado para o nosso País, ou seja, uma metodologia para se enfrentar as violações de direitos de crianças e adolescentes, e que possa se constituir na fase pós-Copa, pós-grandes eventos, mesmo porque outros grandes eventos continuarão ocorrendo no País, além da Copa.

Então, quando a gente fala da Agenda de Convergência, vemos que ela é uma ação integrada que vai buscar essa proteção integral da criança e do adolescente, vai adotar uma visão sistêmica frente aos vários cenários de violação.



Ou seja, nós temos a violação sexual, mas, conjugada a ela, nós temos outras violações também que precisam ser enfrentadas. E essa Agenda também se propõe a intervir nas questões de trabalho infantil, consumo de álcool e drogas, atos infracionais, violência letal, desaparecimento de crianças, negligência, entre outras violências que possam ser somadas à da exploração sexual de crianças e adolescentes.

Qual é a ideia dessa Agenda de Convergência? Primeiro, ela é uma ação intersetorial. E qual a sua metodologia de ação? É adotar ações preparatórias antes, durante e após o evento. Antes do evento, forma-se um comitê local, intersetorial, com vários atores, que vão se preparar para atuar com relação a essas violências. Este comitê constitui um plano, que é uma forma organizada de intervir nessas violações; e, no dia do grande evento, forma-se um plantão integrado, como a Ministra mesma falou, que vai ter duas frentes de atuação: uma, através de equipes itinerantes, que vão circular nos grandes eventos, observando as violações, e, outra, através de um espaço temporário de convivência que vai acolher as crianças que estão sendo vítimas de algum tipo de violação que possa ocorrer no evento.

A segunda linha de ação que a gente está trabalhando lá na SDH é a Carta de Constituição de Estratégias, que é uma ação mais a longo prazo. É um grande esforço do Executivo e do sistema de Justiça para efetivar os direitos da criança e do adolescente, em que atuam CNJ, CNP, CONDEJ, e os Ministérios da Justiça, da Educação, do Trabalho, do Desenvolvimento Social, da Saúde e a Secretaria de Direitos Humanos.

A Carta visa, basicamente, proteger quatro direitos ou enfrentar quatro violações de direitos: a defesa da convivência familiar e comunitária; a erradicação do trabalho infantil; o aperfeiçoamento do sistema socioeducativo; o enfrentamento da violência sexual e de outras violências contra a criança e o adolescente.

No que se refere à violência sexual, a gente constituiu várias matrizes para essas quatro violações que são consideradas ações. É como se você fosse esmiuçar para efetivar esses direitos. Então, são várias ações. São mais de cem ações para se enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes, com prazos, com responsáveis, etc.



Aqui o que vemos é só um resumo do que a gente está se propondo em relação a esta temática, que é a constituição de um fluxo de notificação, a intenção de se efetivar as investigações de ações penais que não estejam conseguindo avançar; ou seja, queremos alavancar essas investigações, com a adoção de um fluxo de atendimento, porque a gente entende que esse atendimento ainda está truncado e, portanto, precisa de avanços.

Busca também estimular a utilização de meios de prova para que se evite a revitimização da criança, porque o que a gente observa na rede é uma mesma criança sendo auditada sobre uma mesma violência várias vezes. Então, que ela seja qualificada e que se evite essa repercussão.

A questão do tráfico de crianças também, no que se refere à imbricação com o turismo. A gente precisa avançar nisso. Uma linha de capacitação também dos órgãos, para que todos nós estejamos mais preparados para interagir com essas crianças e com essas famílias, no que se refere a essa violência.

Consta também o alinhamento de campanhas nacionais para se ter mais fôlego, mais peso para conversar com a sociedade sobre essas questões.

Então, este é só um resumo muito breve, porque não dá para ficar aqui delongando muito, mesmo porque também é importante ouvir os demais neste debate.

O Disque-Denúncia, como a Ministra já falou, que é um grande canal público de escuta que vem sendo fortalecido. Então, temos a quem reportar hoje.

Isto aqui é só um comparativo entre 2011 e 2012. Só colocaria que, apesar de ele ser um serviço tipo disque que vem com essa tentativa de se ouvir sobre várias violações, em várias áreas temáticas, a criança e o adolescente continuam ocupando o maior número de registros que a gente tem de violência.

Este aqui é um programa nacional. É a questão do PAIR que está ali, como a Ministra também colocou, a importância dessa metodologia de intervenção.

Aqui a metodologia, como se age. A maioria da plateia aqui já conhece. Então, não vou ficar aqui aprofundando.

Quais os desafios que a gente poderia colocar para este tema? A importância de a gente estar fortalecendo esta conversa, este diálogo dos temas transversais. A gente precisa estar entendendo melhor esta questão, no que se refere a raça, etnia,



crianças e adolescentes que têm alguma deficiência, questão de gênero, de orientação sexual, etc. A gente precisa desenvolver parâmetros técnicos e metodológicos. A gente não pode ficar agindo, sobre este tema, que é complexo, de forma improvisada, utilizando senso comum. Não. A gente precisa avançar. A gente precisa colocar teoria, colocar metodologia nas nossas ações. A gente precisa fortalecer esse atendimento a essa criança e a esse adolescente, que precisam ser qualificados, que precisamos contar com uma rede, precisam ser atendidos. A gente precisa também dialogar com o agressor, que, muitas vezes, é da família — então, esse não pode ser simplesmente excluído do processo. A gente precisa ter coragem e contar com equipamento público para intervir. A gente precisa humanizar essa participação da vítima no processo de responsabilização. A gente precisa trabalhar a inclusão socioproductiva. Novos segmentos precisam ser incorporados nessa temática, como a responsabilização social, a questão das redes. Enfim, a gente precisa mitigar esse impacto que há das grandes obras, que são muito bem-vindas, mas que não podem ferir o direito das nossas crianças.

Obrigada. Foi muito breve. É só para a gente dialogar melhor sobre esta questão. (*Palmas*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Juliana. Eu gostaria que, se fosse possível, você deixasse conosco as cópias das lâminas.

Passo agora a palavra à Judith da Rocha, que representa o movimento dos atingidos por barragens, por até 10 minutos.

A SRA. JUDITH DA ROCHA - Bom dia a todos e a todas. Eu sou Judite Rocha e moro no Estado do Tocantins, mas fui atingida pela Barragem de Caxias, no Estado do Paraná; e acompanho especificamente, neste momento, a Barragem de Estreito, que está localizada entre os Estados do Maranhão e do Tocantins.

Mas eu queria iniciar a minha fala, lendo uma partezinha de uma poesia que uma jovem adolescente — naquela época ela tinha 10 anos — atingida pela Barragem de Peixe Angical, no Estado do Tocantins.

“O pessoal da empresa chegou

E disse que nada iria acontecer (...)

De repente uma surpresa

Os pais estavam revoltados



*As mocinhas se arrumavam
Porque mais de quatro mil homens chegaram (...)
Algumas delas se envolveram
E ganharam vários juramentos
Disseram que tinham motos e carros
Muito dinheiro
E entre eles ia dar casamento
Mas algo deu errado depois do envolvimento
A barriga começa a crescer e vem o sofrimento
Com o filho nos braços, sem nenhum atendimento (...)*

Então, essa é uma história. A jovem fez uma poesia mais longa que vai contar todo o processo. É que ela foi violentada dentro da própria casa da família dela. Porque, quando a gente fala dos impactos, da violação dos direitos, da exploração de crianças e adolescentes, existe um conjunto de violação de direitos, principalmente sobre a população mais atingida.

E, neste momento, falo especificamente dos atingidos. Eu sempre digo assim: nós sabemos que hoje nós não vivemos sem energia, mas toda vez em que a gente precisar dela lembrem-se de que atrás dela tem um número muito grande de famílias sendo arrancadas à força, sendo retirados os seus direitos, ficando sem casa, sem terra, sem comida e sem trabalho e com todo esse sofrimento, que são marcas que eles nunca vão esquecer na vida!

Quanto a essa menina, todo mundo sabe, a sua família morava de aluguel. Existem vários tipos de impactos, e não se tem a medida de quais são os impactos que mais abalam a vida da população que é atingida por grandes projetos. Os aluguéis aumentam demais nesse momento. Então, as pessoas, para poderem pagar o aluguel e não ficarem sem ter onde morar, acabam trazendo pessoas estranhas para morar dentro de casa, para dividir o aluguel, para conseguir morar. E essa criança/adolescente de 10 anos foi violentada dentro da própria casa dos pais por alguém que era trabalhador da obra.

Então, como ela escreveu depois, ela teve um filho que agora já está grande. Mas são várias histórias nesse processo. São muitas crianças que ficam esquecidas. Eu mesma tenho um exemplo na minha família. Um sobrinho meu mais velho é fruto



dessa relação. Hoje ele tem 17 anos, e o maior sonho dele é conhecer o pai. Mas quem é o pai? Não se sabe, porque normalmente essas pessoas não dizem o nome. Então, não tem como você saber quem para que, um dia, assuma essa paternidade. Então, saber quem é o pai é muito complicado.

Nós temos uma crítica. As grandes barragens, na verdade, não geram empregos; elas mantêm empregos. Porque esses homens passam de empreendimento para empreendimento; são sempre os mesmos.

Eu sempre me emociono. Uma coisa é você falar, mas, quando você é atingido, você vive isso. Eu fui atingida no Paraná e acompanho 4 construções de barragem no Tocantins e no Maranhão.

Quando a gente fala de violação, a gente está falando de algo que é bem maior. Eu escutei a fala da Ministra, que me antecedeu. Quando se coloca toda essa questão, a gente vê que existe uma perspectiva, existe um desejo; mas, quando a gente volta para a nossa realidade, a gente percebe que o buraco é muito maior. A gente sabe que, às vezes, a lei que está aqui em Brasília, no papel, é muito boa; mas, se a gente olhar de fato, a gente sabe da deficiência que tem, a gente sabe da pressão que existe. Eu acompanho agora, neste momento, os 12 Municípios que são atingidos: são 10 no Tocantins e 2 no Maranhão. Esses são os diretamente atingidos. Imaginem os atingidos indiretamente. Como você não tem noção do que é um impacto, do que é uma população atingida, então você também não consegue fazer essa medida para saber quem são os atingidos. Eu sempre digo que há um monte de gente para identificar os atingidos, mas não há um órgão do Governo que assuma a população atingida. Eu já vi muita briga assim: esse problema é do IBAMA; esse problema é do Ministério de Minas e Energia; esse problema é da empresa.

Uma das coisas que a gente vivencia — e eu acho que Madeira traz isso mais relatado — é essa exploração inclusive das adolescentes, que é mais específico, e das mulheres, em geral. No canteiro de obras da Barragem de Estreito, muitas mulheres foram convidadas para trabalhar lá em serviços gerais — cozinha, limpeza, secretaria. Mas, na verdade, não era esse o trabalho que elas foram fazer lá.

Às vezes, a gente fica criticando o tráfico humano. Mas nós temos o tráfico humano muito bem bonitinho dentro do nosso País, nas grandes obras. Aliás, essas



mulheres não podiam sair de lá. Elas ficavam dentro do canteiro, mas ficavam sempre devendo, no canteiro de obras, a quem era a chefe das casas de prostituição, ou como queiram chamar.

Existe outra coisa que a gente também vivenciou — inclusive tem denúncia sobre isso no Ministério Público do Maranhão —, que é a questão, por exemplo, do cartão do cooperativista. Os funcionários recebiam um cartão, faziam convênios com as casas, e os camaradas poderiam gastar nas casas, que tudo era automaticamente descontado nos salários deles. Só que as mulheres que iam fazer programa ganhavam, naquela época, entre 2006 e 2007, 5 reais, 10 reais, dependendo do programa. Com isso elas nunca pagavam nem a comida que consumiam.

Então, a gente tem várias questões. Acho que agora a gente consegue ter um retrato melhor, porque antes, na entrevista, eu até disse que há muitos anos, há mais de 20 anos, sou atingida, e desde então a gente já falava desses problemas. Mas talvez agora a gente consiga vivenciá-lo e ouvir outras pessoas falando, e não somente gente atingida. Isso dá à gente um desejo de que de fato algo possa acontecer de melhor.

Eu gostaria de trazer outras coisas. Eu acho que nós precisamos colocar nas legislações ambientais essas questões, porque há muita preocupação com o meio ambiente, com a natureza, com os bichinhos, com a água, mas com o ser humano é bem pouquinho. Por exemplo, quanto à questão da saúde, está escrito lá que a malária é o único problema de saúde. E os outros problemas de saúde? Se não se colocar isso na legislação da exploração, não adianta. E aí as condicionantes não resolvem, se isso não estiver lá como lei. Exemplo claro: as vinte e poucas condicionantes que havia para a Barragem de Estreito, que só poderia ser liberada após cumprimento das condicionantes, sequer foram cumpridas. Chegaram a cumprir só sete condicionantes. Quanto às restantes, a obra funcionou sem o cumprimento delas. Isso precisa estar na legislação. O que não estiver simplesmente não é cumprido.

Quanto aos problemas de saúde que surgem, a gente vai conversar com o pessoal da empresa e eles nos dizem: *“Mas o meu papel é combater a malária. Isso aqui está 100% garantido. Quanto às outras doenças, que se virem!”*



Então, para fechar, eu acho que eu teria muitas histórias a contar. Nós temos muitos problemas, várias histórias, e não só sobre as barragens que a gente acompanha. A gente mesmo sabe do esforço que está havendo em Belo Monte. Mas, mesmo assim, a gente sabe que existem problemas. Mesmo porque, em muitos Municípios pequenos, quem comanda é uma polícia que não tem nenhuma noção do que sejam direitos humanos. Muitas vezes, o primeiro passo que se dá quando se vai construir uma obra é fazer uma delegacia nova. Por que se faz uma delegacia nova? Por que não equipar as outras estruturas?

Outra questão sobre a qual a gente tem de pensar. Vou falar de uma população que eu sei que talvez tenha mais eficiência ainda, que é a população do campo ribeirinho. A maioria das meninas tem sonho de ser alguém, de estudar, e às vezes aqueles homens, com aquela fala bonita, maravilhosa, são aquelas pessoas que vão dar a elas liberdade. Esse envolvimento é muito mais fácil. Você já tem uma dificuldade em várias questões: falta de estudo, falta de várias questões, porque as políticas normalmente não chegam àquele espaço. Os Municípios pequenos não têm estrutura nenhuma. Então, abre-se uma porta que facilita a exploração...

Eu me lembro de uma conversa de uma mãe que me disse: *“Minha filha foi violentada”*. Eu sabia quem era o suspeito, mas, quando eu cheguei até o Município polo, onde lá poderiam dar atendimento, e fui à delegacia, o cara me disse: *“Esse problema aí, minha senhora, aconteceu porque ela merecia”*. Ela foi a outro lugar, e disseram assim: *“A senhora deve fazer essa denúncia lá em Araguaína”*, localidade bastante longe. E, quando ela chegou lá, o policial lhe disse: *“É... Agora não tem como ser feito o flagrante porque já passou da hora”*.

Então, como a gente trabalha com essas questões? Você precisa de tudo unido, desse conjunto, mas com clareza. Ao lado do medo de denunciar, há também a questão de não se saber a quem buscar e como buscar. Então, tudo isso favorece, abre aquela porta para que, de fato, isso tudo aconteça.

E, por último, eu acho que nós hoje estamos mobilizados porque tínhamos uma grande esperança de que neste ano saísse a política dos atingidos. Fomos avisados de que isso se daria no final do ano passado pelo próprio Ministro Gilberto Carvalho. Disseram para nós que já seria no início deste ano. Pois nós estamos em maio, e nada. Disseram que seria em maio, e até agora nada. Por quê? Porque, na



política, pelo menos, a gente vai ter base para dizer: *“Olha, isso aqui tem como resolver para os atingidos.”* Se não houver uma política, vai continuar do mesmo jeito, as obras; barragens vão continuar sendo feitas, principalmente no Amazonas, na Região Norte. Nós ainda temos mais de 600 barragens para serem construídas na Região Norte, na região do Amazonas. Então, isso significa que nós vamos ter muitas famílias, muitas jovens, muitas adolescentes vivendo essa situação.

E uma coisa real, as mulheres — independente da idade, se é criança, se é jovem ou adolescente — são as que mais sofrem nesses espaços. Primeiro, em um processo de indenização, todo o trabalho da mulher não tem valor. Então, por isso você precisa de uma política para dizer que esse trabalho precisa ser valorizado. Muitas vezes, o trabalho da mulher é o que sustenta a família; mas ele não tem valor. Então além dessa exploração, tem a exploração de não terem garantidos os seus direitos.

Então, hoje nós ainda estamos com uma mobilização que é o trancamento da BR, lá, com o pessoal de Belo Monte. É a BR-230. Tem também um grupo nosso, o pessoal atingido por uma barragem na Bahia e o pessoal também de Estreito, todos aqui em Brasília, nessa perspectiva ainda de pressionar o Governo para que, de fato, a política saia.

No final — só para concluir —, em 2010, o Governo Lula assinou uma portaria que dizia quem são os atingidos. Então, nesse momento ele assume que o Estado brasileiro tem uma dívida com a população atingida por todas as barragens: Itaipu, Machadinho, Tucuruí, das diversas barragens que foram construídas. Porque, enfim, foram muitas famílias que ficaram sem terra, sem casa, sem trabalho e que ainda hoje não receberam por isso. Até hoje a gente não teve o gosto de ver esse decreto colocado em prática; nem o cadastro das famílias que são atingidas ainda foi colocado em prática.

Então, essa é uma deficiência muito grande. E, aí, a gente tem uma preocupação: talvez não fosse preciso criar mais leis, mas é preciso concluir o que está aí. Porque, se não conseguem fazer o cumprimento, a gente, de fato, não tem nada disso.

Então, eu acho assim, fechando, que a sociedade, o povo brasileiro também é atingido por esse processo, porque toda vez que nós tivermos mais problemas



sociais, mais passivos sociais, alguém vai ter de pagar a conta, e essa conta é paga pela sociedade. Refiro-me à violência. São muito mais seres humanos nascendo, sendo feitos num processo de violência. E todo ser que é gerado na violência tende a se tornar uma pessoa violenta. É o exemplo que a gente tem de vários, como os chamamos, “barraginhos”. Nós temos muitos filhos nessa situação; filhos que as mães não querem, filhos abandonados. Muita geração está sendo gerada dessa forma.

E pensem também sobre outra questão. A sociedade brasileira contribui quando paga a sua conta de energia para que isso aconteça. Assim, todos os empreendimentos têm toda a facilidade para serem construídos. O Governo tira imposto aqui, tem o BNDES que financia com facilidade para que sejam construídas essas obras; porém, para resolver o problema da sociedade, não há nada. E se criam muito mais problemas.

Eu vivo um exemplo. Nós temos 6 acampamentos de famílias que ficaram sem terra, sem casa, sem trabalho, na beira do Rio Tocantins. São muitas famílias atingidas por Estreito. E o próprio Governo tem isso anotado nos seus papéis, nos seus documentos. Ficaram 2 mil famílias sem nada. Imaginem se somarem todas essas que acontecem no Brasil — e Belo Monte talvez seja um buraco bem maior. Aí, nós vamos nos dar conta da sociedade em que vivemos e que, de fato, nós pagamos nas nossas contas de energia essa ajuda para que possamos vivenciar isso. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Judite.

Passo a palavra à Moara Menta Giasson, que é representante do Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis —IBAMA, Volney Zanardi Junior, por 10 minutos.

A SRA. MOARA MENTA GIASSON - Obrigada, Presidenta.

Bom dia a todos! Eu sou Analista Ambiental do IBAMA, trabalho na Diretoria de Licenciamento Ambiental, e vim trazer a vocês um pouco mais da perspectiva institucional sobre o papel do licenciamento ambiental e o que a gente tem feito no âmbito de nossas competências, no tema que está sendo tratado hoje, que é a exploração sexual de crianças e adolescentes.



Bom, sobre as competências institucionais do IBAMA, então. O que é o licenciamento ambiental? O licenciamento ambiental não é feito só pelo IBAMA; é feito também por Estados e Municípios, pelos órgãos ambientais das 3 esferas: União, Estados e Municípios. Ele é um procedimento administrativo que é feito na fase prévia dos empreendimentos. Então, a função do licenciamento é avaliar a possibilidade de ocorrência dos impactos ambientais, tanto positivos quanto negativos, trabalhar nessa previsão e avaliar quais são as medidas de mitigação possíveis para esses impactos.

Os impactos são sociais e ambientais. O IBAMA não trata só da vegetação, da fauna, dos animais; trata também das questões sociais. Ele trata desses impactos que são diretos. Então, quando o empreendimento vai se implantar, verifica-se o que ele vai atingir diretamente, bem como os impactos indiretos. Então, se eu tenho um fluxo populacional muito grande vindo com o empreendimento, isso gera uma série de impactos indiretos, especialmente no Município-polo, seja pressão sobre a infraestrutura de atendimento, segurança, educação, saúde, etc. Esses impactos devem ser tratados também.

Agora, a gente tem que ter bastante em mente que o licenciamento é feito pelo concessionário, e que essas obras que o IBAMA licencia, especialmente as obras de licenciamento federal, são obras que vêm de um planejamento governamental. Então, nenhuma obra é licenciada sem que tenha passado por um planejamento de governo. Então, a geração de energia elétrica, a transmissão de energia elétrica, as nossas estradas, os portos, todos esses empreendimentos passam por um planejamento de governo. Então, já se sabe da existência dos problemas quando se planeja a implantação desses projetos, ou seja, antes de eles chegarem ao licenciamento ambiental.

E o que o licenciamento ambiental gera de obrigações? Ele gera obrigação de mitigação dos impactos ao concessionário. As atividades que são de competência de entes públicos, como o Ministério da Justiça, prefeituras, Ministério do Trabalho, a própria polícia, transcendem as obrigações que o IBAMA e os demais órgãos ambientais podem impor como conteúdo de uma licença ambiental.

Então, o IBAMA não pode colocar uma condição na sua licença para que seja cumprida pelo prefeito da cidade, por exemplo. As obrigações da licença são



obrigações ao concessionário, ou seja, ao empreendedor que vai construir a estrada, que vai construir a usina hidrelétrica, a linha de transmissão. Isso é que é importante termos em mente quando a gente fala dessas ações necessárias de proteção e de combate à exploração sexual, que são ações de responsabilidade do Estado.

A gente entende que o planejamento dessas ações é possível, até porque esses empreendimentos vêm de políticas públicas; eles vêm sendo planejados e gestados no Governo há muito tempo, antes de se chegar ao licenciamento. O IBAMA depara, no momento de licenciamento, com Municípios muito pouco preparados, com enormes carências nos serviços que são oferecidos à população. Então, o empreendimento já chega a um Município que não tem atendimento à saúde, à educação, à segurança — e a questão da proteção das crianças e dos adolescentes entra aí também.

Então, em um Município com carências, se para lá você levar um empreendimento, você planeja, sabendo que um empreendimento desses vai levar um fluxo populacional bastante grande, o que vai agravar essas carências que a municipalidade já enfrenta.

Então, o que o IBAMA consegue colocar dentro do escopo da sua avaliação de impacto ambiental e das medidas de mitigação determinadas para o concessionário, para o empreendedor, é o apoio a esses Municípios. Os impactos que são identificados no estudo de impacto ambiental relacionados a obrigações dos entes públicos são convertidos em programas de apoio ao Município. Em Belo Monte, por exemplo, foi assinado um termo de compromisso, um termo de acordo com cada Município, para se dar apoio nessas questões que não são colocadas como condicionantes da licença.

Para vocês terem uma noção, esses Municípios, muitas vezes, não estão preparados para entender quais são esses impactos nem para solicitar das empresas apoio nos temas mais graves. Por exemplo, a questão da exploração sexual. Dos 11 Municípios que assinaram esses acordos de proteção, de apoio às ações, que são obrigações dos entes públicos, somente 2 solicitaram apoio à estruturação de seus Conselhos Tutelares: Altamira e Vitória do Xingu. Então,



nesses Municípios houve, sim, em função do empreendimento, o apoio à estruturação, que é feita com equipamentos.

É claro que o empreendedor, o concessionário não vai poder contratar pessoal para fazer esse trabalho, que é um trabalho de órgão público. Mas esse apoio é dado, sim. Por quê? Porque a gente identificou, no estudo de impacto ambiental, uma problemática, uma necessidade de fortalecimento desses setores para receber os empreendimentos. Então, nesse sentido, a possibilidade que o órgão ambiental tem é a de divulgar os mecanismos governamentais existentes de proteção, no âmbito do licenciamento ambiental. Como as condições não podem ser impostas ao poder público ou pelo órgão licenciador ao concessionário, o que a gente pode colocar é essa divulgação dos mecanismos existentes — a gente viu aqui, na apresentação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, quais são os mecanismos existentes; e esses têm que ser divulgados —, que os Municípios podem solicitar as ações de apoio nos termos do compromisso firmado com as concessionárias. A ideia seria consolidar os mecanismos de proteção existentes por meio do apoio que os empreendedores devem prestar aos Municípios, em função dos impactos dos empreendimentos.

A Judite colocou bastante a questão da necessidade de se ter um arcabouço legal. A gente já atuou junto em alguns empreendimentos. A gente vê o esforço que os órgãos ambientais têm feito para avaliar corretamente e divulgar os impactos, assim como tentar trazer os Municípios à responsabilidade no que diz respeito à prestação dos serviços públicos, como segurança, saúde e educação, para essa população, que vai ser aumentada em função do empreendimento. E esses planos multissetoriais que foram citados são bastante importantes e podem também ser agregados em um momento de conversa com os órgãos municipais.

Um exemplo do que pode ser feito, de como um arcabouço legal protege e traça a possibilidade de o licenciamento também auxiliar nesses temas, é o próprio plano diretor dos Municípios. Hoje, por força da lei dos planos diretores, os Municípios que estão em áreas de grandes obras são obrigados a ter um plano diretor, e não só aqueles Municípios que têm acima de 20 mil habitantes, mas também todos aqueles que estão nas áreas de grandes obras. E há uma previsão legal de que os empreendedores devem prestar apoio técnico e financeiro para a



elaboração dos planos diretores dessas cidades, para que se possa fazer frente então aos impactos. Se não houvesse essa previsão legal, o órgão licenciador não teria como colocar uma obrigação de um concessionário, não teria como exigir que ele fizesse o papel do ente público, do Município.

Esta é uma fala bastante breve. Esta questão é muito cara para nós. Nossos analistas da área de socioeconomia se sentem bastante atraídos por esses temas. Então, as questões de habitação, as questões de saúde dessas populações, isso os nossos analistas, que saem aqui de Brasília e vão conviver com isso, com essas populações, veem de perto o efeito desses empreendimentos e sabem até que ponto que o órgão ambiental pode chegar. Essas questões sempre transcendem a competências dos órgãos ambientais. Então, isso para a gente também é bastante traumático. É difícil para a gente lidar com isso, com a questão de segurança alimentar, inclusive, como a gente vê em alguns empreendimentos.

Era isso que eu queria trazer para vocês. Assim, a gente tem o entendimento do impacto e sabe as limitações do órgão ambiental, onde ele pode atuar, porque o requerente do licenciamento é um concessionário de um empreendimento planejado pelo próprio setor público. E o IBAMA, então, juntamente com os órgãos ambientais estaduais e municipais, também, quando licenciam, têm aí um limite de atuação bastante delineado, mesmo porque a gente não pode ir além das nossas obrigações e possibilidades legais.

Era isso que eu tinha a trazer para vocês. Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Moara.

Passo a palavra agora à Sra. Teresa Cristina Franco Consentino, que é economista do Departamento de Políticas, Articulação e Sustentabilidade, representando aqui o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, Luciano Coutinho.

A SRA. TERESA CRISTINA FRANCO CONSENTINO - Bom dia a todos e a todas!

Cumprimento a Deputada Erika Kokay, e, em nome dela, cumprimento todos da Mesa.

Bom, a Deputada me apresentou: eu sou economista e trabalho no BNDES há 21 anos. Estive recentemente, Deputada, cedida ao Governo do Estado do Rio



de Janeiro, presidindo a Fundação para a Infância e Adolescência. Eu e a Juliana também presidimos a Jornada Mundial da Juventude juntas. E então eu voltei. Há pouco tempo, estava cedida ao Governo do Estado, mas retornei ao Banco. E a Ana Maia, que é responsável por esse Departamento, então me convidou, a fim de que o Banco de fato enfrente essa demanda da sociedade, que é uma demanda que... Nesses 4 anos em que eu fiquei fora, eu brincava muito com a Ministra Maria do Rosário: *“Sra. Ministra, pressione os bancos!”* Digo, os bancos federais, e não só o BNDES; tem a Caixa e tem o Banco do Brasil. As grandes obras neste País são financiadas pelos grandes bancos públicos. Então, esses bancos têm que se envolver nessas questões dos impactos. E você disse muito bem, Judith: *“Brincamos, dizendo que no Brasil só dão cadeia dois casos: não pagar pensão e matar passarinho”*. Ora, se não pagar pensão dá cadeia no Brasil, temos que cuidar das pessoas da mesma forma. Eu não tenho nenhuma dúvida disso.

Então, sobre o Banco. Ele tem bem mais de 50 anos de vida. O BNDES ajudou a construir o que nós conhecemos como país, financiando, às vezes, com prejuízo de algumas populações, e, por vezes, conseguindo incorporar os maiores cuidados. Quando eu entrei no Banco, gente, há 21 anos, o pessoal de meio ambiente, como então falavam, era considerado chato: *“Lá veem esses verdes chatos de novo!”* — dizia-se. E, hoje, a questão ambiental é uma questão totalmente incorporada. Vocês devem saber perfeitamente que o pessoal aqui que levantou bandeira do meio ambiente há 20 anos não tinha esse respeito que se tem hoje. Mesmo porque, hoje, um empreendimento não vai adiante se não tiver licença ambiental. Grandes empreendimentos são parados por falta de licença ambiental. Então, nós precisamos incorporar a questão social com essa mesma vontade.

O Banco, Deputada Erika, sem dúvida nenhuma, quer se engajar nisso. Acho que conseguiremos. A parte social do Banco foi recriada, porque ela foi criada em 1982. Acabaram com ela em 1990; mas em 1997 ela foi recriada. Na verdade, nós ficamos, de 1990 a 1997, sem área social no Banco, com “S” apenas no seu nome — BNDES. De 1997 para cá, a gente vem construindo uma agenda. Tanto eu quanto a Ana Maia...

A Ana Maia, que não está aqui hoje, é a chefe desse departamento que estou aqui representando. Ela está em Altamira, exatamente para a discussão da questão



da exploração sexual de crianças e adolescentes naquela localidade, por conta de um grande empreendimento, senão ela estaria aqui representando o banco hoje.

Ana Maia e eu estivemos nessa área social em 1997, construindo essa agenda da criança e do adolescente. Financiamos inúmeras redes de atenção à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social, em mais de cem Municípios no Brasil. Então, são pessoas que conhecem esse tema.

Aqui estão muitos estudantes. Eu não consigo me esquecer de que fui professora na maior parte da minha vida. Meninas, saibam que existe uma grande diferença entre exploração sexual e violência sexual. Se há essa grande diferença, há também uma diferença enorme na abordagem desse tema, há uma diferença enorme na solução desse problema.

A exploração ocorre quando um adulto se beneficia financeiramente do ato sexual de uma criança ou de um adolescente. A violência é o estupro. É um ato de violência contra uma criança. Pode se dar uma vez só, pode se dar de forma repetida. A exploração pode se dar através da violência. A gente precisa entender que o problema tem raízes distintas. Não conseguiremos uma solução só, Deputada. A exploração que acontece no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde meninos fazem sexo oral em adultos por 5 reais para comprar *crack*, não é a mesma de Altamira, não é a mesma da barragem, onde a menina vê naquele operário o passaporte para uma vida melhor, a saída daquela vida empobrecida que ela tem. Esses dois adolescentes não têm a mesma perspectiva. E o adulto que ali está atuando também não tem a mesma perspectiva. Então, as soluções são diferenciadas.

A representante do IBAMA foi breve. Eu também vou ser breve, apesar de eu me empolgar com esse tema. Durante 4 anos, trabalhei no Estado do Rio de Janeiro para minimizá-lo. Aqui, eu estou falando como representante do banco, um banco que financia essa grande obra, um banco que financiou todos esses estádios. E esse banco está dizendo: *“Sim, nós temos responsabilidade nesse assunto”*. Mas não adianta, Deputada, eu imaginar que uma empresa que sabe construir coisas, construir uma barragem saberá lidar com esse tema da noite para o dia. *“Agora eu sei, eu pego o dinheiro, eu sei o que fazer.”* Os Municípios também estão engatinhando ainda na questão da gestão e do controle social.



A gente precisa muito é do empoderamento das sociedades — o Marcelo e o pessoal da SDH trabalham de forma muito séria com isso. É um imenso prazer, Judite, vê-la aqui. Claro, eu gostaria de encontrá-la em outra situação, comemorando algo. Mas é bom saber que a população afetada pelas barragens tem uma representatividade e é chamada ao Congresso Nacional. Senta e tem voz.

Estamos começando sim, temos muito a caminhar, sem dúvida nenhuma, mas, se a gente não empoderar a sociedade civil, todo o nosso modelo de conselhos, bipartites, tripartites, tão especiais na Constituição brasileira, não dará resultados. Não adianta eu chegar a Belo Monte com algumas dezenas de milhões de reais, como o BNDES, que financiou aquela obra. Onde vou colocar isso? Eu vou fazer o quê? Se a sociedade não estiver empoderada e não for capaz de me dizer algo para se constituir essa agenda, junto com a empresa e com o banco financiador, a gente não vai chegar a lugar nenhum, vai enxugar gelo, vai ficar financiando pequenos projetos que não mudam estruturalmente a situação, que não têm impactos estruturais. São bonitos, são meritórios, mas não mudam a realidade.

Deputada, eu estou autorizada pela Ana Maia a propor aqui a realização de um seminário no Rio de Janeiro, onde o banco tem condição de arcar com toda a estrutura de um seminário, convidando as grandes empresas, para que a gente consiga discutir com as empresas aquilo de que elas precisam, discutir como o banco pode ajudar essas empresas a atuarem nos seus canteiros de obra.

Imagine, Deputada, que se diga hoje a uma empresa o seguinte: “Você é responsável pelo seu funcionário. Que ele não crie esse tipo de violação de direitos nesse Município, onde você está entrando!” A empresa vai dizer: “*Eu não sei fazer isso. Eu sei construir barragem*”.

Algumas empresas até querem. Então, o banco, a sociedade civil, vocês, com o poder que têm na Câmara dos Deputados, junto com órgãos do Poder Executivo, nós precisamos construir essa agenda, que, no banco, a gente chama de responsabilidade social corporativa. O banco tem uma linha, desde 2008, para financiar empresas que queiram atuar na sua comunidade.

Nos grandes empreendimentos, hoje, é obrigatório um percentual para projeto social. Temos que aprimorar isso, fazer esse dinheiro se multiplicar. Na realidade,



esse é o grande desafio do BNDES hoje. Acho que o banco já incorporou essa dimensão. Como fazê-lo efetivamente é o nosso grande desafio de hoje.

Obrigada pelo convite.

Estou à disposição. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Eu acho muito interessante, Teresa, a realização desse seminário com as empresas. Temos visto algumas experiências. Em princípio, há muita disposição das empresas de financiar, dar suas contrapartidas sociais. Já foi dito aqui, inclusive por você, que, se as comunidades estão empoderadas, exigem como contrapartida, por via de regra, coisa mais concreta, a delegacia, a ponte, enfim, obras para as próprias comunidades.

É por isso que chegamos à conclusão de que temos de estabelecer uma legislação própria, em que, independentemente da discussão que se faça com a comunidade sobre as contrapartidas da empresa para mitigar os impactos, estabeleçamos planos de defesa dos direitos da criança e do adolescente, os equipamentos públicos com esse recorte. A ideia é que possamos fazer esse acompanhamento, até precedendo um processo de financiamento. Pode haver várias etapas de avaliação, de análise. Há o licenciamento — aqui foi dito pela Moara, com razão, que é socioambiental —, mas ele se concentra muito nas questões ambientais.

Nós tivemos experiência com uma empresa que estava construindo hidrelétrica. Ela fez um curso de sensibilização dos seus funcionários. Esse curso de sensibilização foi uma contrapartida. É muito difícil se colocar no lugar do outro numa sociedade em que seu local passa a ser muito onipotente. Nesse curso de sensibilização se dizia: *“Essas poderiam ser as suas filhas”*. Mas há um estranhamento, há um distanciamento, numa sociedade muito coisificada e muito pautada no individualismo e não no indivíduo. O indivíduo é negado, mas o individualismo é exacerbado. Esses operários diziam: *“Não, essa não é minha filha. Essa não será minha filha. Minha filha é outra filha”*. É outra lógica. Não se via ali uma criança e, sobretudo, uma adolescente. Via-se ali um objeto. Há uma coisificação muito intensa.

Digo isso porque lembro que, numa das vezes em que fui fiscalizar uma unidade de internação de adolescentes em conflito com a lei no Distrito Federal,



havia uma revista muito vexatória, com policiais, com cães. Muito vexatória! Eu me dirigi ao responsável pela averiguação, pela ação, que era um policial do BOPE, e disse: “Os *meninos...*” E ele disse: “*Meninos, não. Meninos são os nossos filhos. Esses não são meninos. Esses são bandidos*”. Eu tive o mesmo sentimento que tive naquela empresa, onde houve dificuldade de sensibilização dos operários, distanciamento da sua própria realidade, dos seus próprios filhos e filhas, particularmente filhas, naquela perspectiva.

É importante esse seminário proposto, sem prejuízo à discussão de contrapartidas da comunidade, porque o impacto é diverso. Ele se expressa de várias formas, é multifacetado, como aqui já foi dito pela Judite. Mas a nossa preocupação na CPI é com que possamos elaborar os planos específicos, acionar a rede, empoderar a rede, os equipamentos públicos, as políticas públicas, com esse viés, para que tenhamos condições de proteger nossas crianças e nossos adolescentes. A ideia é que tenhamos uma proposta e um novo marco legal, com essa perspectiva.

Eu vou passar a palavra agora a Assis da Costa Oliveira, que é professor e ativista da área de proteção à criança e ao adolescente em Altamira, Estado do Pará, no contexto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Por fim, em seguida, fará a sua exposição a Profa. Maria Lucia Pinto Leal.

Com a palavra Assis da Costa Oliveira, que dispõe de 10 minutos.

O SR. ASSIS DA COSTA OLIVEIRA - Bom dia, pessoal. Bom dia a todas e a todos.

Eu me chamo Assis Oliveira e sou professor de Direitos Humanos da Universidade Federal do Pará — UFPA em Altamira. Trabalho há algum tempo já na parte de pesquisa e mobilização em torno da discussão do enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente, por conta, sobretudo, do Projeto Rodas de Direito, coordenado por mim de 2011 a 2013, em Altamira, que fez a implantação do PAIR na região do Município e foi financiado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República — também está aqui presente, nas pessoas do Marcelo e da Juliana, que fazem parte dessa (*falha na gravação*). Estão me ouvindo? (*Pausa.*)



As questões que vou trazer aqui são basicamente da segunda pesquisa que fizemos em Altamira, para podermos saber como está esse panorama da violência sexual, muito mais voltada, no caso, para a questão da exploração sexual, e eu vou dizer por quê.

(Segue-se exibição de imagens.)

A primeira pesquisa que nós fizemos em Altamira *(falha na gravação)*. Fizemos uma pesquisa no Fórum de Justiça. E por que no Fórum de Justiça? Fomos a vários locais, porque temos vários *(falha na gravação)*. O Fórum de Justiça é o órgão que tem dados mais profundos. Desde 1908 existe um fórum de justiça em Altamira, antes, portanto, de a cidade existir, o que aconteceu em 1912.

A gente conseguiu dados históricos de 1957 até 2013 que mostram a evolução histórica da violência *(falha na gravação)*. Então, é o que nós temos de mais profundo nos estudos para poder saber como é que estamos hoje no panorama da violência sexual. Só para vocês *(falha na gravação)* uma média de dez processos por ano e de *(falha na gravação)* processos que existem na Vara da Infância e da Juventude. Desculpe-me, na 5ª *(falha na gravação)*, que trata de crimes contra a criança e o adolescente.

Basta dizer que hoje existem *(falha na gravação)* processos nessa vara versando sobre a violência contra a criança e o adolescente, sendo que 80% *(falha na gravação)* contra a criança e o adolescente. É o principal mecanismo de violência contra a criança que a afeta no Município de Altamira.

Porém, como podem perceber, a ampla maioria desses processos *(falha na gravação)* trabalhando aqui com duas grandes categorias...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Assis, venha mais para cá, porque o microfone está falhando, e a reunião está sendo gravada.

O SR. ASSIS DA COSTA OLIVEIRA - Está falhando, não é? Mais para cá? Está bom? Tudo bem? Conseguem me ouvir? Melhorou? *(Pausa.)*

Nós trabalhamos com duas grandes categorias: o abuso sexual e a exploração sexual, que foram *(falha na gravação)* no Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual, em 2008, que ocorreu no Brasil. A gente vem trabalhando com essas categorias porque, como foi bem dito pela nossa palestrante



do BNDES, são categorias que trazem formas de intervenção diferentes, análises da realidade diferentes.

Percebam que, pelos dados oficiais que nos foram possibilitados na primeira pesquisa, a ampla maioria dos processos judiciais é de abuso sexual. Acontece que nós temos em Altamira uma comissão municipal de enfrentamento da violência sexual contra a criança e o adolescente, que vem recebendo, desde 2011, várias e várias denúncias sobre exploração sexual que acabam não tendo acesso aos órgãos públicos, ou muitas vezes a denúncia não resulta numa investigação que resulte em processo que possa, mais adiante, resultar em punição.

Para a segunda pesquisa, nós objetivamos mudar um pouco a metodologia, não partir dos órgãos oficiais, mas partir de informantes estratégicos. Quem são esses? São taxistas, são mototaxistas, são ACS (agentes comunitários de saúde), são moradores da localidade, do Município de Altamira, são policiais militares, também conselheiros tutelares. São, sobretudo, pessoas que conhecem a dinâmica da exploração sexual e que transitam por essa dinâmica, mesmo que não atuem diretamente nela, conhecem a realidade, sabem onde existe, como se desenvolve a exploração sexual no Município.

Foram 20 informantes, dentro desse grupo que eu citei. Ao mesmo tempo, a gente fez observações indiretas, rondas noturnas, rondas de madrugada nos locais, perpassando pelos locais, vendo como a dinâmica, de fato, acontece, conhecendo os sujeitos indiretamente, não falando diretamente com eles, até porque é uma questão de integridade, de segurança para a equipe de pesquisa.

Nessas rondas, já fazíamos o processamento, que nada mais é do que fixar no mapa da cidade onde esses pontos se localizam, precisamente qual é a rua, o local e o bairro onde esses pontos se localizam. Obviamente, no final do relatório que nós (*falha na gravação*) um estudo bem profundo do caso da Boate Xingu, que ficou muito conhecido no Brasil e no mundo. Nessa boate foram resgatadas 19 pessoas — 17 mulheres, um travesti e uma adolescente — que ficavam entre sítios, canais e diques da obra de Belo Monte.

Tivemos acesso à íntegra do processo, ou seja, a todo o processo, com todos os depoimentos, e fizemos uma análise bem profunda, sobre a qual vou mais adiante detalhar algumas questões. Esse relatório é público, está acessível para



qualquer pessoa, tanto o primeiro quanto o segundo, no *site pair.ledes.net*. Esse *site* reúne todas as documentações que vários Municípios que implantaram o PAIR possuem. Nós fizemos a vinculação para que seja de acesso público, até para que todas (*falha na gravação*).

Tínhamos preparado uma apresentação para mais tempo. Vou resumir então muitas coisas. De acordo com os nossos informantes, a exploração sexual se desenvolve em Altamira sobretudo numa dinâmica que ocorre nos períodos de pagamento do CCBM. O CCBM, para quem não sabe, é o Consórcio Construtor Belo Monte.

Hoje, o CCBM conta com 28 mil pessoas trabalhando na obra. De acordo com os dados do setor de responsabilidade social do CCBM, 85% são homens. De 28 mil pessoas, tiramos uma faixa de 22 mil pessoas que são homens. A grande maioria (*falha na gravação*) com a família no seu local de origem. Isso, inclusive, é um dos motivos alegados pelos próprios usuários que conversam com os taxistas e com os mototaxistas que vão deixá-los nesses locais. Dentre outros motivos, o primeiro é a distância da cidade natal, a distância da família. Nesse caso, e por serem solteiros, vão a esses locais, e praticam essa exploração sexual. Existem outras dinâmicas que fazem com que eles vão a esses locais.

Os informantes demonstraram muito bem que existe, sim, uma ampla participação de adolescentes. Oitenta por cento dos informantes disseram que conhecem adolescentes que participam da exploração sexual, que estão nessa situação. A participação de mulheres também é consensual, todos disseram.

Já com relação a crianças, há uma fatia muito pequena de informantes. Somente 20% dizem ter conhecimento de casos de crianças, mas somente naquela exploração sexual no contexto da rua.

A maior parte é de adolescentes, mulheres e *gays*. Possuem uma fatia muito grande também de consideração nessa exploração sexual.

(*Falha na gravação*) dos usuários, como estão distribuídos os usuários, aqueles que vão atrás desse serviço. A ampla maioria, sem dúvida, é de homens. Mas há também um percentual de mulheres que buscam esses serviços. Buscam acessá-los enquanto usuários e clientes em Altamira.



A definição da classe econômica dos clientes consegue permear as três classes. Não foram definições da nossa pesquisa, mas dos próprios informantes, que tentaram definir isso a partir dessa ideia de classe baixa, classe média e classe alta. Todas elas possuem uma relação, que eu vou aprofundar mais adiante.

Nós chegamos às definições que foram possíveis compreender enquanto dinâmica da exploração sexual ligada ao contexto da prostituição em Altamira. São quatro grandes categorias de exploração sexual no contexto: a prostituição, a pornografia infantil, o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e também o turismo com fins sexuais.

Quanto à exploração sexual no contexto da prostituição, conseguimos mapear e identificar seis dinâmicas distintas que possuem especificidades, formas de intervenções diferentes. Portanto, têm que ser tratadas de maneira específica. A primeira é a que acontece nos estabelecimentos, basicamente em boates, bares, casas de *show*, hotéis. Essa dinâmica tem-se enraizado com o tráfico de pessoas, muito enraizada a uma relação com o deslocamento de pessoas, mulheres e adolescentes de outros locais do Brasil. Vão para lá trabalhar e ser exploradas nesses locais. A ampla maioria das pessoas que estão nesses locais não é de Altamira, não é da região, é de fora. Eu vou explicar outras coisas depois.

Com relação ao tráfico de drogas, existem algumas bocas de fumo, ou seja, locais onde há venda de drogas. Famílias inteiras estão em dependência química. Acontece, às vezes, de o pai ou a mãe comprar a droga — isso foi relatado pelos informantes — e, não tendo como pagar, oferece a filha como pagamento ao traficante, para que ele possa se servir dela sexualmente, além de outras coisas que ele quiser também realizar.

Há a poluição sonora. Alguns sons automotivos acabam se localizando próximo de escolas e de praças, envolvendo bebida alcoólica, envolvendo a droga e envolvendo também as trocas sexuais que têm uma relação com a exploração sexual.

A exploração sexual da alta classe é, seguramente, mais difícil de ser percebida, de ser identificada, dado o seu caráter de invisibilidade, de ocultação e de resistência na divulgação das informações. Conseguiu-se perceber, a partir dos informantes e a partir dos relatos dos policiais, que existem várias pessoas em



Altamira que buscam, através de contatos telefônicos, outras pessoas para serem exploradas nas suas casas. Então, essas pessoas das classes altas não vão a boates, não vão a bares, não se arriscam a se tornarem visíveis, a se tornarem públicas, por assim dizer, dentro desses locais. Elas conseguem os contatos por meio telefônico e levam pessoas para as suas casas, para as suas fazendas, e lá realizam a exploração sexual.

Ao longo da pesquisa que nós fizemos, conseguimos mapear uma única denúncia que aconteceu, inclusive de gerente do CCBM, que estava envolvido com essa situação de exploração sexual. Essa denúncia ainda corre no Ministério Público.

A última diz respeito aos povos tradicionais, comunidades ribeirinhas, povos indígenas, seja no espaço urbano, seja nas terras indígenas, como bem está no relatório.

Os balneários, as ruas também são focos de exploração sexual.

O que ia ser mostrado depois nesta apresentação seria o mapa da cidade de Altamira com os 46 pontos de exploração sexual. Foram georreferenciados e organizados em 12 regiões. Por que 12 regiões? Porque elas concentram esses pontos. Elas conseguem concentrar esses locais. Elas concentram esses locais dentro da cidade de Altamira. Foi possível mapear 46 pontos até outubro de 2013. Semana passada, já tivemos mais denúncias de outros locais que foram abertos no Município. Também vamos ter que fazer uma investigação, enquanto comissão municipal.

Aquelas três questões que foram mostradas ali são as mais estruturais, diria a Deputada Erika, para tratarmos aqui, na CPI sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A primeira questão é a do licenciamento ambiental. Já fizemos a discussão aqui — o pessoal do IBAMA falou, o pessoal do BNDES falou. Com relação ao estudo de impacto ambiental de Altamira, não havia nenhuma referência a violência sexual. Nenhuma. Não havia nenhuma estimativa sobre a violência sexual no Município de Altamira, no estudo de impacto ambiental de Belo Monte. Isso é muito sério. Isso é muito grave. Foi a pesquisa que apontou isso.

A rede que atua relativamente a essa discussão sobre violência sexual ligada às grandes obras está demandando, já há algum tempo, uma revisão profunda do



licenciamento ambiental, do termo de referência, das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA, para que a gente possa melhorar as definições do que deve ser investigado no âmbito da área social e, sobretudo, naquilo que nós entendemos que é prioritário. Assumir a criança e o adolescente como prioridade absoluta significa também propor um componente específico de estudo dentro do EIA-RIMA, para que se investiguem os danos causados à criança e ao adolescente e se planejem políticas compensatórias ou mitigadoras.

O que nós temos é um estudo muito mais voltado para o aspecto ambiental, com poucas informações voltadas para a área social. Por exemplo, no estudo de impacto ambiental em Altamira, não foram feitas algumas previsões. Com a ida de 78 mil pessoas para Altamira, seria necessário um segundo conselho tutelar. Algo básico, e não foi previsto nesse estudo. Seria um segundo conselho tutelar que pudesse tirar a sobrecarga de trabalho que o primeiro Conselho Tutelar tem até hoje. Não temos até hoje o segundo conselho tutelar em Altamira.

Essa é uma questão muito importante. Precisamos focar melhor os aspectos sociais, sobretudo os voltados para a criança e o adolescente. Ainda são muito deficientes os dados sobre os impactos que as grandes obras podem causar. Isso, por uma série de motivos, que não dá para detalhar aqui.

A segunda questão, no caso, é o fortalecimento da rede, como já foi bem dito nesta reunião. Nós precisamos, sim, fortalecer intensamente a rede de proteção. Por exemplo, nesses dados que foram apontados, esse é um fluxo de atendimento que foi criado em Altamira para os casos de abuso sexual contra povos tradicionais. Em Altamira, além do Conselho Tutelar, nós precisamos que haja um fortalecimento da Polícia, para realizar intervenção nos casos de exploração sexual. Não me refiro a intervenção direta de repressão: pegar o segurança, desbaratar o que está na hora lá. O que nós queremos é investigação, inteligência policial que consiga conhecer profundamente como está a hierarquia dessa rede.

Uma das coisas que traz o estudo é justamente isto, mostrar como estava organizada a Boate Xingu, quem era o líder, quem eram os subalternos, como eles se subdividam, qual era a competência de cada um. Isso quem deve e pode fazer é a Polícia, por meio de um trabalho investigativo, com escuta telefônica, infiltração de



informantes e outras formas de investigação que possam visibilizar isso. Outros setores também têm que ser fortalecidos nessa rede.

A terceira questão, muito importante também, que já foi mencionada aqui, mas eu a ressalto, é a responsabilidade social das grandes empresas. Inclusive, o que foi comentado aqui pela Teresa foi demandado no seminário de Altamira, do qual a Ana Maia participou agora, dia 29 (*falha na gravação*) Violência Sexual e Grandes Obras. A demanda que surgiu para o BNDES foi esta: abrir um espaço de interlocução entre as grandes empresas e a rede de proteção para que o BNDES fosse esse mediador, a fim de que ele pudesse agregar esses dois campos de discussão e criar diretrizes, propostas que sirvam de modelo para que as grandes empresas possam se balizar e, aí sim, saber como atuar quanto ao investimento e ao fortalecimento da pauta da criança e do adolescente.

Em Altamira, avançamos num pacto específico com o CCBM, fizemos um pacto que já é modelo para outras áreas do Brasil. Estabelece oito cláusulas, muito específicas, voltadas para a prevenção, ou seja, para a qualificação de seus profissionais, para a participação nas campanhas de sensibilização. Também existe um de monitoramento, para que o próprio órgão, a própria empresa participe da identificação dos casos, saiba quais são os locais que existem nos arredores da obra e possa divulgar isso para a rede de proteção.

Trata também de investimento, sobretudo do fortalecimento do Fundo da Infância e da Adolescência, que é ligado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Altamira e na região como um todo.

Esses são alguns parâmetros. Obviamente, há muitas coisas a discutir. Os relatórios trazem essas propostas ao final. Não se trata somente de identificar os cenários, o que já é algo muito bom, mas também de considerar que propostas podem ser colocadas nas agendas públicas para que a gente consiga superar ou enfrentar esses cenários e promover alguma forma de intervenção qualificada.

Quero agradecer e dizer que ficamos aqui para o caso de qualquer outra consideração. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós é que agradecemos, Assis da Costa Oliveira, que é professor e ativista da área de proteção à criança e



ao adolescente em Altamira, Estado do Pará, no contexto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Vamos solicitar que possamos tirar cópia das lâminas, para que elas fiquem à disposição da CPI.

O SR. ASSIS DA COSTA OLIVEIRA - Há o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pronto, o relatório, ótimo.

O SR. ASSIS DA COSTA OLIVEIRA - Vem primeiro o relatório.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Ah, sim.

O SR. ASSIS DA COSTA OLIVEIRA - Com todos os mapas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Que bom!

Reafirmamos a necessidade da realização desse seminário, dessa interlocução com o BNDES, como grande financiador, e as próprias empresas.

Também há necessidade de aqui se considerarem as especificidades. Nós estivemos, há pouco tempo, em Breves, no Estado do Pará. No Pará existem mais de 70 rotas de exploração sexual e há uma rede fluvial muito grande, uma malha fluvial muito grande. Lá, é o maior instrumento de mobilidade, de transporte. Não há, naquela localidade, extensa rede rodoviária, mas há rede ou malha fluvial. Nós fomos então ao Município de Breves, onde é feito um bom trabalho, Deputado e Padre Luiz Couto, pela Igreja Católica, pela Irmã Henriqueta, que já esteve conosco aqui. Ameaçada, estava sob proteção, à época, proteção policial, da Polícia Federal. Estava ameaçada sua vida. Trata-se de um bom trabalho da Igreja Católica quanto ao enfrentamento da exploração sexual.

Ali, o que nós percebemos? Inclusive, estivemos na Polícia Federal para fazer essa discussão. Percebemos que havia necessidade de se organizar, fazer uma avaliação muito própria do local, muito centrada no território, muito localizada, para coibir ações, promover a repressão, até porque há a questão das balsas.

Quando a balsa está atracada, a responsabilidade por ela é de seu dono. Quando ela navega pelo rio, a responsabilidade é de quem está conduzindo a balsa, é do capitão. Nesse caso, não se consegue responsabilizar o proprietário da balsa. Há os botes que chegam e despejam as meninas, às vezes a troco de uma cesta básica. As meninas são entregues nas balsas, e, no caso das balsas, não há uma regulamentação, estão à margem da legislação. A lei proíbe que crianças e



adolescentes entrem sem acompanhamento em estabelecimentos, hotéis, mas as balsas não são alcançadas por essa proibição.

É óbvio que ali é necessário um plano muito específico, que considere essas discussões, o contato com o Suriname, com o próprio Amapá. Essa discussão nós fizemos com a Polícia Federal. Em pouco tempo se está fora do Brasil, em função dos grandes rios que circundam aquele arquipélago.

É importante que fique realmente clara a discussão das especificidades do local, da rede local, das estruturas locais, da territorialização, para que possamos fazer um bom enfrentamento da exploração sexual, que será realizado sempre com a participação da sociedade civil e de forma muito setorial no que diz respeito ao Estado.

Eu vou passar a palavra a Maria Lúcia Pinto Leal, que é professora da Universidade de Brasília e Coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes.

A Profa. Maria Lúcia Leal foi quem coordenou a primeira política, o primeiro plano de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes. Isso foi em 2003?

A SRA. MARIA LÚCIA PINTO LEAL - Em 2000, o plano nacional.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Em 2000. Era o Plano Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual.

Ela tem larga experiência sobre isso e tem algumas experiências que nós queremos transformar em modelos para todo o País. Então, com muita alegria, eu vou passar a palavra à Profa. Maria Lúcia Pinto Leal, assistente social — assim como vocês serão.

Eu só vou contar algo muito rapidamente. Eu fui a um congresso internacional sobre combate à exploração sexual no Rio de Janeiro. Eu voltei para o hotel em um ônibus para os participantes. Ali estavam também umas meninas, do Nordeste, acho, pelo sotaque. Diziam o seguinte: *“Você viu? Você viu? Você viu as pessoas que são referência? A Maria Lúcia Leal, a Neide Castanha”*. Neide Castanha faleceu, mas, enfim, tinha uma atuação, que era uma das organizadoras. E eu ficava dizendo assim: *“São todas de Brasília, são todas de Brasília”*. Falaram da Eva Faleiros, da Maria Lúcia Leal, do Vicente Faleiros e da Neide Castanha, todos de



Brasília. Vejam como nós fomos agraciados com essas pessoas que fazem esse enfrentamento.

Concedo a palavra a Maria Lúcia Pinto Leal, Coordenadora do Grupo de Pesquisas sobre Tráfico de Pessoas, Violência e Exploração Sexual de Mulheres, Crianças e Adolescentes.

A SRA. MARIA LÚCIA PINTO LEAL - Boa tarde.

Eu queria agradecer à Deputada Erika Kokay, minha grande amiga, companheira, por quem tenho o maior respeito, pela luta, pela tradição dela na defesa dos direitos humanos. Acompanhei toda a trajetória de luta dela na área da infância e da adolescência.

Cumprimento toda a Mesa, os colegas, as minhas colegas de profissão, as futuras assistentes sociais, a minha colega Profa. Maria Auxiliadora César, que desenvolveu várias pesquisas conosco, como a PESTRAF — Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes —, que resultou em planos e políticas, a matriz intersetorial e tantos outros estudos com que a gente vem tentando subsidiar as políticas públicas e sociais brasileiras.

Agradeço demais a espera e a escuta da última palestrante.

Eu queria fazer menção a três pontos importantes. Primeiro, o que é desenvolvimento numa sociedade global neoliberal. Eu quero dizer que desenvolvimento está relacionado ao que chamo de capital destrutivo, porque, contraditoriamente, esse desenvolvimento cresce de forma desigual, concentrado nas hegemonias capitalistas — os empresários, o capital financeiro, etc. Então, há uma hegemonia para a defesa do capital em detrimento do social. Por que ele é destrutivo? Porque, contraditoriamente, para se desenvolver, ele precisa esgotar os recursos naturais. Precisa esgotar a água, no caso da energia, e tantas outras riquezas naturais. Esse esgotamento é contraditório porque o futuro vai precisar de tudo isso. E quem mais gasta água e energia são as indústrias. Não é necessariamente o cidadão, com a sua luzinha em casa etc. Essa é uma contradição muito importante.

Esse desenvolvimento precisa não só de forças produtivas naturais, mas também do trabalho. Ele esgota o trabalhador por intermédio das relações de exploração, da venda de trabalho e das condições que são estabelecidas — as



grandes migrações, o recrutamento de trabalhadores e de trabalhadoras. Há um esgotamento dessa força de trabalho. Essa exploração, essa alienação também é contraditória, porque esse desenvolvimento precisa da força de trabalho para ocorrer. Mesmo com o desenvolvimento da tecnologia, ela ainda é necessária, não só a força de trabalho ativa, mas também a força de trabalho reserva.

Outro aspecto destrutivo: ele arrebenta as culturas locais e desterritorializa as famílias, as pessoas, rebete diretamente nas populações originárias, os quilombolas, os indígenas, etc.

Esse capital destrutivo, portanto, quer não só alienar a força de trabalho, quer também, contraditoriamente, esgotar a natureza, o meio ambiente.

Ele tem também medo. Ele tenta arrebentar as culturas locais, o saber local, porque essas comunidades vivem de forma solidária, têm um projeto econômico diferenciado do projeto capitalista destrutivo. Então, não é bom, não é de seu interesse deixar que continuem essas experiências, esses saberes, porque isso pode, de alguma forma, mostrar a sua própria contradição e a sua própria ineficiência, pois esse desenvolvimento ocorre, mas não é para todos, é para o capital. Por isso a discussão social sempre está precarizada e preterida dentro desse modelo global neoliberal.

Qual é a reação? Nós, agora mesmo, ajudamos a organizar a Amazônia Pan-Oriental, que estava discutindo Belo Monte, estava discutindo, inclusive, o âmbito da resistência. Estava discutindo a respeito de como resistir a esse capital destrutivo, que também usa da força para exterminar essas populações e para assassinar as lideranças que são contra esse modelo destrutivo de capital.

Isso está dentro de um raio de entendimento capitalista e neoliberal. Ora, gente, o desenvolvimentismo neste País, as grandes obras não começaram hoje. Eu me lembro da década de 70. O filme *Iracema — Uma transa amazônica* mostra o que significou a Belém-Brasília, a BB, a “Brigitte Bardot”, arrebentando a natureza e desterritorializando as famílias ribeirinhas, colocando as crianças na prostituição, e por aí vai.

Esse desenvolvimento não mudou sua face, ele desenvolveu sua forma de acumular e concentrar riquezas, desenvolver as tecnologias a serviço dessa hegemonia burguesa. A hegemonia dos trabalhadores, as condições sociais



daqueles que estão fora do mercado de trabalho e o processo de precarização dessa globalização pouco têm sido realmente resolvido no contexto da sociedade contemporânea.

Obviamente não podemos ser ingênuos, mas eu acho que crescemos muito quando nós demos visibilidade aos vários problemas sociais, não só nas grandes obras, mas em outros espaços da sociedade em que a exploração sexual é uma realidade. Essa visibilidade, essa mobilização, essa articulação do conjunto da sociedade civil, dos mais diversos setores, e também a participação de Parlamentares conscientes, como esta aqui — nem todos são —, foram muito importantes para considerarmos, no campo dos direitos humanos, como esse capital destrutivo é contraditório.

Falam em direitos humanos, mas, na prática, são os maiores desrespeitadores desses direitos. Sinceramente falando, essa é uma contradição que temos de trazer aqui, considerando o capital financeiro, os bancos públicos, os bancos privados, as indústrias, as empresas, etc., porque o mercado do sexo transita dentro desse mercado formal. E, dentro desse mercado formal, ele perpassa por várias relações de comércio, em que há o consumo relacionado à exploração sexual de crianças e adolescentes. Há uma oferta profunda nesse comércio.

A exploração sexual, para a OIT, é uma das piores formas de trabalho. É preciso compreendê-la no campo do trabalho, do gênero ampliado, das questões éticas, é preciso entendê-la, sobretudo, como um direito sexual. É preciso compreender que a criança e o adolescente têm direito a ter sua sexualidade de forma saudável, respeitada e de acordo com o seu desenvolvimento.

Na verdade, pensar essa temática é pensar politicamente, é tentar trazê-la do fórum privado para o fórum público, como direito. Os direitos sexuais precisam ser preservados, respeitados em qualquer setor da sociedade, seja no mercado, seja na família, na rua, em qualquer lugar. Essa é uma tarefa que vem desde a nossa luta para o Estatuto da Criança, a doutrina da proteção integral, que foi arrebatada na contrarreforma em 1995, com o Bresser Pereira, quando se abre as portas ao capital, à hegemonia do capital, para mercantilizar o social — a educação extremamente falida, a saúde falida etc. Onde o capital toca vira ouro.



Por que nós saímos da perspectiva de uma ampla proteção de um Estado de Direito constituído em 1988, em função do processo de direito democrático da sociedade brasileira, para um processo de desproteção evidente na área da infância e do adolescente?

Nós temos várias normativas, planos etc. que construímos aqui e não conseguimos colocar o sistema de garantia de direitos plenamente funcionando em âmbito federal, nacional e municipal — sobretudo no campo municipal, que é uma estratégia fundamental, porque as crianças saem de lá para as fronteiras, elas e suas famílias, para toda forma de exploração.

Quando nós fizemos a matriz intersetorial, solicitada pela Ministra Maria do Rosário — minha amiga querida, que coordenou a PESTRAF no Rio Grande do Sul junto conosco —, nós chegamos, em 2004, a 120 denúncias no Disque 100, que estava ainda iniciando, e, de 2005 a 2010, a 2.930 registros de denúncia de exploração sexual no Brasil, mais de 60% dos Municípios brasileiros. É claro que as denúncias não significam que realmente aconteceu a exploração, são indícios. Mas, de qualquer forma, se mostrou o nível de mobilidade e de visibilidade.

Quando a sociedade, por exemplo, se organizou em comitês, em redes, e quando a gente se organizou coletivamente com a sociedade civil, com o movimento de mulheres, movimento negro, movimento da criança, tentando articular essa força contra-hegemônica frente a esse capital destrutivo, a gente conseguiu realmente mobilizar, fazer com que aquela pessoa do Município tivesse a atitude de dizer: *“Olha, está tendo exploração sexual de criança aqui no meu Município.”* Isso não é só uma atitude autônoma; isso mostra que a nossa luta pelo processo de democratização dos direitos da infância levou esse sujeito a reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos.

Então nós crescemos demais na mobilização, mas perdemos muito na proteção, porque tem dois indicadores em que nós estamos bastante falhos, que é o acompanhamento e o monitoramento das políticas sociais, locais e nacionais. Ou seja, é preciso que a política de controle social, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, realmente faça o seu papel, que é mobilizar o seu Município, o seu Estado, em âmbito federal, as redes para a formulação de políticas



públicas, e o FIA, o Fundo da Infância e da Adolescência. É fundamental esse papel, porque não adianta...

Como a gente mostrou aqui, nós cruzamos os 2.930 Municípios com programas e projetos em âmbito federal, e chegamos a um padrão mínimo: todos têm que ter Conselhos Tutelares, CREAS, PAI, isso, aquilo, aquilo outro, dentro do sistema de garantia de direito; ações de promoção, que é da saúde e outros; ações de defesa, em que entra o Conselho Tutelar, Promotoria etc., e o controle.

Tem esse modelo. Qual foi o grande problema nosso aqui? É que a denúncia sai lá de Cristalina, por exemplo, onde tem 10 denúncias de exploração sexual de meninas... Tudo bem. Foi encaminhado ao Ministério Público. Pronto. Mas ninguém tem *feedback*, ninguém sabe o que aconteceu com a criança ou com o adolescente dali para a frente. Então nós temos instrumentos muito importantes de denúncia, mas não temos instrumentos de acompanhamento, de *feedback* do que aconteceu com aquela criança; se ela foi incluída, se ela foi protegida, se a família foi acompanhada etc.

Então, isso, para mim, mesmo dentro das contradições desse capital destrutivo, é onde nós temos que nos fortalecer. Nós temos que nos fortalecer enquanto técnicos, gestores, dentro dessa perspectiva quadripartite: setor produtivo, Legislativo, setores governamentais e setores não governamentais. Esse desenho quadripartite, que já foi pensado lá no Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, nós temos que resgatar para descentralizar efetivamente a nossa ação nos Municípios; para, realmente, organizar o plano diretor, organizar os planos de prevenção, etc. baseado no que já temos. Não precisa criar mais muita coisa, nós temos que colocar em prática isso.

É o que nós estamos fazendo em Cristalina, por exemplo. Acabou de sair a Camargo Corrêa lá de Cristalina, não é? E as condições que a gente... Tudo o que vocês falaram do Município é isso mesmo: o Município tem um *per capita* tal; com a saída dessa obra, o *per capita* é supermaior por causa da migração etc., as crianças e tudo o mais. E o próprio sistema de garantias de direitos existe, mas há uma série de fragilidades dentro desse sistema. Então, nós entramos com uma parcela de recursos da Camargo Corrêa, com uma organização não governamental aqui em Brasília e com a extensão da Universidade de Brasília e nós estamos capacitando



cotidianamente a rede local. Mas nós não estamos capacitando primeiro o Conselho, depois o CREAS. Não. Nós estamos capacitando o seguinte: quem é a rede — fizemos a matrizinha —, que programas existem, que ações existem, quem são os gestores, quem são os profissionais etc. Como é que a denúncia entra dentro desse sistema. Então, nós trabalhamos com casos. No caso da denúncia X daquela menina, quem entrou? Então nós vamos trabalhando com a rede local, uma vez por mês, e, por incrível que pareça, parece uma coisa tão simples, mas tem dado um resultado muito interessante dentro de uma cidade que representa o primeiro PIB agropecuário e a região mais irrigada da América Latina, onde a questão social é extremamente grave. Você vê aí muito bem o que ele quis dizer.

Então, há possibilidade de a gente fazer um trabalho muito sério, participativo, democrático, e gostaria de convidar a Deputada para estar conosco agora, no dia 3 de junho, porque nós estaremos entregando o plano local, que foi construído por eles.

Não é o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual, porque a gente entende que a exploração sexual vem acompanhada de outras violações de direitos. Nós não queremos fatar a infância mais. Então, a gente está pensando a proteção integral dessa criança. Ela passou por exploração sexual, por trabalho infantil, por abuso, por negligências, passou por abrigos, passou por isso, por aquilo outro, e nós temos que entender a totalidade da situação dessa infância, infância que se reflete em várias outras e que depois passa e é datada. Então, até discutir a judicialização da infância nós estamos discutindo, porque muitas vezes o social não chega junto; aí vem a Justiça tentar tirar aquela criança e colocar nos abrigos, nos piores abrigos que se pode pensar, e que hoje está se refletindo e melhorando.

Então, gente, eu tenho muita esperança. Eu sou utópica mesmo. Há anos que eu trabalho nessa discussão. Não perdi a força, a coragem, e vamos juntos; vamos trabalhar, vamos mudar o paradigma de nossas capacitações, vamos descer para os Municípios. Vamos trabalhar nos Municípios, vamos descentralizar a polícia social e a política pública, fazendo um acompanhamento municipalizado, participativo, junto com os Municípios e com os adolescentes. O protagonismo é fundamental.

Muito obrigada, Deputada; muito obrigada a todos vocês. Um grande abraço.
(Palmas.)



Quem quiser conhecer o nosso trabalho, é só entrar no *site* do Violes/UnB.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Bom, é um prazer imenso escutá-la, Baiana.

Nós vamos, Francisco, fazer um requerimento para a CPI para que a gente aprove uma diligência lá para conhecer mais de perto, aqui perto, esse nível de articulação, que me parece é o caminho para que a gente possa fazer esse enfrentamento o dessa experiência que aqui foi falada.

Eu queria perguntar ao Deputado Luiz Couto se ele quer fazer uso da palavra.
(*Pausa.*) Não.

Então, assim, nós estamos caminhando para o encerramento do nosso seminário. Nós vamos encaminhar... Vejam, uma das resoluções, pelo que nós pudemos depreender aqui, é... Primeiro, o seminário do BNDES é uma boa iniciativa, e ficamos felizes com isso, mas nós vamos encaminhar para a Secretaria de Direitos Humanos — e aqui está o Marcelo, representante da Secretaria —, a solicitação para que ela possa articular, com os representantes do Poder Executivo que dialogam com a questão do enfrentamento da exploração sexual da criança e do adolescente, um grupo de trabalho, também com a participação da sociedade civil, na perspectiva de que nós possamos construir uma legislação que encare como condicionante a obrigatoriedade de alguns procedimentos para o processo de licenciamento socioambiental, onde nós vamos detalhar o processo de licenciamento, as exigências para o licenciamento não apenas de instalação das grandes obras, mas, inclusive, que isso possa ser feito como o é o licenciamento ambiental, periodicamente, quando são feitas essas prestações de contas.

Achamos que os equipamentos públicos, como o Conselho Tutelar, como o empoderamento dos Conselhos, e, ao mesmo tempo, a construção de planos... Penso que se o Município, ou os Municípios — no caso de Belo Monte são vários Municípios — vão receber uma grande obra, não tenham nenhuma dúvida de que vai haver um impacto sobre a exploração sexual de criança e adolescentes, os direitos de crianças e adolescentes. É preciso que sejam construídos pactos, e pactos que sejam elaborados de forma coletiva e de forma multisetorial.



Para além disso, é preciso que tenhamos equipamentos públicos que possam fazer a proteção de crianças e adolescente. Como bem disse a Baiana, um direito não se preserva sem outro direito. Eu penso que o direito não se coloca em cápsula, e se preserva independentemente da existência e da... Que se assegure e se garanta o conjunto dos direitos da criança e do adolescente. São direitos que são enganchados uns nos outros, com diz a Declaração dos Direitos Humanos de Viena, que são enganchados e são indivisíveis.

Então, portanto, que nós possamos construir esses planos; que esses planos tenham a participação da comunidade, que aí você territorializa. Nós, como disse Paulo Freire, não viemos feitos para a terra; somos seres em construção, e somos frutos do chão em que a gente pisa. Nós somos frutos do chão em que a gente pisa. Portanto, qualquer política, para ser eficaz, tem que ser territorializada, ela tem que ser multisetorial, ou seja, com a participação do conjunto das políticas e da própria sociedade civil, e tem que ter controle social e protagonismo. Ou seja, é preciso fazer com que a gente escute as crianças e os adolescentes, inclusive que eles tenham espaço de fala para que nós possamos crescer na construção do protagonismo.

Então, nós vamos fazer — o Francisco, nosso secretário —, nós vamos construir um documento para ser encaminhado à Secretaria de Direitos Humanos, para que aquela Secretaria possa ser a articuladora, como tem sido, do conjunto desses outros órgãos do Poder Público, também da própria sociedade civil, talvez o CONANDA, enfim, que tem essa composição, que possa...

Talvez o CONANDA, viu? Acho que nós poderíamos pedir uma agenda ao CONANDA, na próxima reunião do CONANDA, viu, Marcelo? Já estou lhe falando, também a Juliana...

O SR. ASSIS DA COSTA OLIVEIRA - Tem uma... O CONANDA vai propor essa discussão na próxima reunião.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Pois é, então a gente poderia pedir, como CPI, uma agenda para o CONANDA.

O CONANDA foi muito importante na questão de Coari. Nós levamos a questão de Coari para o CONANDA, fomos juntos a Coari, e aí a gente conseguiu,



enfim, com uma série de construções, inclusive a prisão do Prefeito, e outros encaminhamentos importantes.

Então, portanto, a gente poderia pedir uma agenda ao CONANDA e apresentarmos a necessidade de haver uma articulação, que pode ser do próprio CONANDA, para a elaboração de condicionantes e a obrigatoriedade de alguns procedimentos para a instalação das grandes obras.

Eu penso que se a gente não deixar isso claro, vão ser invisibilizados, como têm sido, os direitos de crianças e adolescentes no Município, até porque, muitas vezes, não há a percepção sobre o próprio direito que precisa ser preservado; não há, muitas vezes, a percepção da condição de vítima dessas meninas.

Eu achei interessante que, no Ceará, em Fortaleza, houve uma CPI municipal para investigar a exploração sexual, e ali foi feita uma série de levantamentos, e a CPI viu que não há uma percepção das próprias meninas adolescentes que estão em situação de exploração sexual, de que são exploradas, porque têm uma remuneração financeira.

Em função disso, é muito importante que nós possamos — viu, Francisco? — solicitar formalmente uma pauta, na próxima reunião do CONANDA, que vai se dar no mês de junho. A gente solicita essa pauta, faz essa discussão e sugere ao CONANDA que ele possa ser um propulsor e um articulador dessa política e dessa legislação que nós queremos construir, isso independentemente dos prazos da própria CPI. A CPI está acabando com seus trabalhos, os seus trabalhos estão findando em meados do mês de junho, mas, independentemente disso, que a gente possa criar (*ininteligível*). E também uma diligência da própria CPI a Luziânia, para conhecer...

A SRA. MARIA LÚCIA PINTO LEAL - Cristalina.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Para Cristalina, Cristalina, para conhecer essa experiência.

Com esses encaminhamentos e agradecendo a presença de todas e de todos, eu declaro encerrado o presente Seminário da Comissão Parlamentar de Inquérito *Impacto das Grandes Obras na Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, quando tivemos também a oportunidade de, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos, termos um painel sobre a agenda de convergência



no que diz respeito à organização, à preparação do Brasil para os grandes eventos esportivos que se iniciarão no próximo mês de junho.

Com isso, e agradecendo mais uma vez aos estudantes e às estudantes da UNIP, que são estudantes de Serviço Social da Prof.^a Marlúcia do Carmo, e aos expositores que contribuíram com esta discussão, declaro encerrado o presente Seminário.